



À COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Assunto: Solicita renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Lagoa Grande/MG, para o período de 22/03/2022 a 22/03/2032.

A SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA., executante de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 02.327.622/0001-54, vem, respeitosamente, por sua advogada (procuração CADSEI), à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, requerer renovação de outorga para execução do serviço pelo período de 22/03/2022 a 22/03/2032, conforme documentação em anexo.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 14 de março de 2022.

CIBELE BORGES BARBOSA

OAB/DF 38.570



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**IDENTIFICAÇÃO****Nome da Pessoa Jurídica:** SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA.**CNPJ:** 02.327.622/0001-54**CEP da sede:** 35685-000**Endereço da sede:** Rua São Sebastião, nº 272, sala 03, Centro, Itatiaiuçu/MG.**E-mail de contato:** miracimachadoadv@gmail.com**Serviço a ser renovado:**

(x) Radiodifusão sonora

(x) em frequência modulada

() em ondas curtas

() em ondas médias

() em ondas tropicais

() Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação:

22/03/2022 a 22/03/2032

Localidade da renovação:

Lagoa Grande

UF:

MG

FISTEL:

50408405600

Canal:

268

Eu, **MARIA JOSEFA GONÇALVES**, inscrito no CPF sob o nº 050.580.598-78, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:


Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Itatiaiuçu/MG, 17 de fevereiro de 2022.



MARIA JOSEFA GONÇALVES

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou vii) passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(d) prova de inscrição no CNPJ;

(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.





Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **22/126.163-0**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120535375-0, CNPJ 02.327.622/0001-54, ATIVA, com sede na RUA SAO SEBASTIAO, 272, SALA 03, BAIRRO CENTRO, ITATIAIUCU/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:



Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONSTITUICAO/CONTRATO	13/01/1998	31205353750	20/12/1997
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	02/02/1998	1605483	21/01/1998
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	09/02/1998	1607093	05/02/1998
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	23/12/1998	1709801	19/12/1998
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	18/11/1999	1834801	08/01/1999
ALTERACAO RE-RATIFICACAO	24/05/2000	2426437	17/05/2000
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	22/08/2000	2464275	21/08/2000
EXTINCAO/DISTRATO	19/03/2002	2753533	22/10/2001
ALTERACAO RE-RATIFICACAO	15/12/2005	3439582	11/11/2005
ALTERACAO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	13/02/2015	5460190	07/11/2014
ALTERACAO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	01/09/2016	5832841	25/07/2016
ALTERACAO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	30/01/2017	6208225	06/12/2016
ALTERACAO SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	23/08/2017	6324388	08/08/2017
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	14/03/2018	6543773	22/02/2018
ALTERACAO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	14/12/2018	7098701	19/11/2018
ALTERACAO ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	28/01/2021	8331624	20/01/2020



Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
ALTERACAO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	11/03/2021	8419538	05/03/2021

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 14 de Março de 2022.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
050.580.598-78

Nome
MARIA JOSEFA GONCALVES

Nascimento
20/11/1961

CÓDIGO DE CONTROLE
6E20.ED1F.E2AA.049B



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:44:25 do dia 04/03/2021 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Solamie Rodrigues G. de Freitas

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

© AMERICAN BANK NOTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-15.567.231

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/11/2004

NOME IOLANNE RODRIGUES GONCALVES DE FREITAS

FILIAÇÃO

PAULO VICENTE DE FREITAS
MARIA JOSEFA GONCALVES

NATURALIDADE

ITAJUNA-MG

DATA DE NASCIMENTO

30/9/1980

DOC. ORIGEM NASC. LV-83 FL-234

ITAJUNA-MG

CPF

PIR-1227



IV ESTÁBILIDADE

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AMERICAN BANK NOTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1762993330

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO
TERRITÓRIO NACIONAL DE REGISTRO

Nome JOAQUIM RODRIGUES GONCALVES DE FREITAS
DOC. REGISTRO 1040 JMSO 11
CPF 0015587231
UF MG

DATA NASCIMENTO 01/08/1980
SEX M
Nome PAULO VICENTE DE FREITAS
Nome MARIA JOSEFA GONCALVES

PERMISSÃO ☒ **AGE** ☒ **CALHA** ☒

Nº REGISTRO 00281573330
VALIDADE 24/02/2024
1ª VALIDADE 21/01/2008

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ITAÚNA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.327.622/0001-54

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 17 de Fevereiro de 2022 às 16:13

ITAÚNA, 17 de Fevereiro de 2022 às 16:13

Código de Autenticação: 2202-1716-1346-0461-4768

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.327.622/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:51:39 do dia 17/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/08/2022.

Código de controle da certidão: **375A.C540.2DF2.6D4E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.327.622/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/01/1998
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RIVIERA FM	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R SAO SEBASTIAO	NÚMERO 272	COMPLEMENTO SALA 03
-------------------------------	---------------	------------------------

CEP 35.685-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITATIAIUCU	UF MG
-------------------	---------------------------	-------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SGRABELO@UAI.COM.BR	TELEFONE (37) 3241-3705/ (37) 9982-4962
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/02/2022 às 11:11:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
17/02/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
18/05/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002509964.01-92

CNPJ/CPF: 02.327.622/0001-54

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA SAO SEBASTIAO

NÚMERO: 272

COMPLEMENTO: SALA 03,

BAIRRO: CENTRO

CEP: 35685000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ITATIAIUCU

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2022000524702761



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME CNPJ: 02327622000154

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Orgãos publicos

Renovação Outorga Comercial

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWYMFRTC1WVUMJF1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Itatiaiuçu (MG), 08 de Março de 2022



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 02.327.622/0001-54
Razão Social: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
Endereço: RUA SAO SEBASTIAO 272 SALA 03 / CENTRO / ITATIAIUCU / MG / 35685-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/02/2022 a 25/03/2022

Certificação Número: 2022022401154559348089

Informação obtida em 14/03/2022 13:17:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.327.622/0001-54

Certidão nº: 5769260/2022

Expedição: 17/02/2022, às 12:07:53

Validade: 16/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.327.622/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

NOME/RAZÃO SOCIAL SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA				CNPJ 02327622000154	
Nº DA ESTAÇÃO 1012819415	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 17° 51' 20.02" S	LONGITUDE 46° 30' 24.98" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Fazenda Veredinha, nº s/n.				DISTRITO	
BAIRRO Zona Rural				MUNICÍPIO Lagoa Grande	UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		22/03/2022	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Lagoa Grande	UF:	MG
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	101.5 MHz	CANAL:	268
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	593
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYE986		
NOME FANTASIA:	DIVISA FM, RIVIERA FM, TRANSAM	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Lagoa Grande		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Joaquim Limiro,	BAIRRO:	centro
MUNICÍPIO:	Lagoa Grande	UF:	MG
NUMERO:	125	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	MODELO:	TEC125
CÓDIGO:	010990800345	POTÊNCIA:	0.130 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:		MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL		MODELO:	PLD-FMBPC3
FABRICANTE:	Polidesigne Industria e Comercio	GANHO:	1.76 dBd
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
DESCRIÇÃO:	ANTENA CIRCULAR V INVERTIDO CO	BEAM TILT:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	53.5 m		
ANTENA AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		GANHO:	dBd
POLARIZAÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
DESCRIÇÃO:		BEAM TILT:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m		
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL		MODELO:	LCF12-50J
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:			
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 24/02/2022 16:36:28



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Emitido Em
13/02/2022

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVlbmNhOjoyMDJyNjIwOWI1YmU5MmExNw==>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8347 3 1									
!"#\$%&'(#\$#!)	*+,-	+-.//*	0- 0 1.*-0 2+-						
!"3\$&\$4(\$)	5 *-	1,6	0 5 0-	1,6	+0-/*,-0 -	70,	*.**0	1,	869
:;!<&!)=98>?					%@\$(:) A63128BC37D8D6				
EFG)	D9DHI8?J				K !L"#3(4!;) JM JH				
:(N"O4PQL())				-	R67S3 3				
:(N":\$T\$)					41A632				
U\$"\$#"V&'L\$)					I9I8	W!X(Y) 9 ? 03 78 7C8 *8863 1 161ZC[73 ,8 C23 3			
E\$L\$!L)					R67I678				
]V\$;"!4N!V^<(V)									
_!#!)					E\$'!L("\$"#%"4\$Ya) R677b32				
c\$;d"_3) MI8I									
ef4!LX\$Ygl4)									
**H9IHh0*02.-0 -/+2 8I									

1618										*1 1	
J`L\$#PL) 0C3					81 3 86 R3C28 11661763					E N;! !&')	
i\$(LL) 1468					P !L)					8HM	
jP&(V^N() 3b3k3				O3)		,I		E%F)		9J	

1618 8661b8 [73									
J`L\$#PL)	E N;! !&')								
i\$(LL)	P !L)								
jP&(V^N()	O3)	E%F)							

1618 8 +63786									
J`L\$#PL)	13m1 3	5161 7k3	E N;! !&')						
i\$(LL)	n83	0C632	P !L) I						
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I	E%F)	9M			

161884o 78R677b32									
J`L\$#PL) 0C3p83ZC7 277686					E N;! !&')				
i\$(LL) 1468									
jP&(V^N() 23A83 I63 1				O3)	,I	E%F)	9M		

1618 8 4o 78 -Cq72736									
J`L\$#PL)	E N;! !&')								
i\$(LL)	P !L)								
jP&(V^N()	O3)	E%F)							

8631 8 R238 7378

28327m38									
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I					

R36r1468 +s78									
E\$&\$;)	HM	3L!tPu&V(\$)	88D	,vm	E;\$44!)	%_F"jQT(\$)	D8MHwx		
yEz)	9D	F\$L!\$!&')	U!V\$;\$'!)			3\$4!)	8		

8631 3 438



[illegible]

				!	!	"	"				

#\$43%&8 '()72736											
*63\$+7\$86 '()72736											
,-./012345/6789::1						<1.9=1 #>(7?3+148			&8 1@8463 8		
A7BC/D7::9						E1;F:D/72.92G69C7HI1			JK		

*63\$+7\$86 '()72736											
,-./012345/6789::1						<1.9=1 #>(7?3+148			&8 1@8463 8		
A7BC/D7::9						E1;F:D/72.92G69C7HI1			JK		

L7M3 1 *63\$+7\$86 '()72736											
<1.9=1						A7BC/D7::9					
,186C/89::12.72N/:O7 +				P;9:57HI1 QRSS+				E9C.7T2PD9TT-C/7T Q			
								U869.V:D/7 8M+\$			

'413										'()72736															
<1.9=1										A7BC/D7;;9															
W7:O1		Q		X978YZ/=; [GC/9;;7HI12\]				[E1=7C/^7HI1				_,U		+		3'E2<ab/87		S	
0cd																									
,-./012EU																									

ef86+3%g1\$ 8 8@(+148 1 h(486i3											
jk+	I68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@(\	chm	03n&8	8	c8@ j34(61n3
	S	I8643673	o		RRSS		SRRSS		h(486i3		p(6q 7@8

ef86+3%g1\$ 8 8@(+148 1 '768r3%&8 1 L8@37\$											
jk+	I68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@(\	chm	03n&8	8	c8@ j34(61n3

s7\$4567@8 1 c8@(+148\$ #+747 8\$											
jk+	I68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@(\	chm	03n&8	8	c8@ j34(61n3
		c1@6148 L1i7\$2347r8 j			SRRSS		RRSS		c127t16 8		j3@7832p(6q 7@8
SSSSSSS		'48		h0L#	RSRS		S RSRS		'(4867n3 8	m\$8 1	*v@3@861>(u@73
SSRS w		'48		h0L#	RSRS		RSRS		'(4867n3 8	m\$8 1	*v@3@861>(u@73

s86x678 1 f@783+148											



11101" 8 18"% # 5785 1 2108"% +80B@98PBAB9:@Q8R@S>T@K	606	
48600 U:@8*=A8G	\$#I67V26 8W;8A8@9B	#

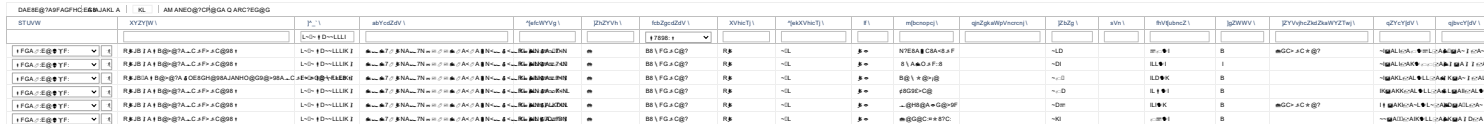
[illegible]

000000000000

iv | vk | ih | ilhl | vlh | ¥ | h



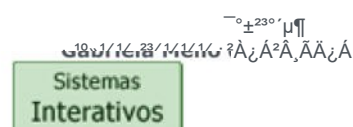
53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



DIJKL	?9?86BA=98AMD6D?6=.:6=7A:9<:9CM?A<=H8:A
5D>NL	OPQRPSQTPPUOQQOVWXY

```
ZZZZZZZZZZi\deca  5 bZ\  \aca^Z i d^e|ce^~\we\  
```





UV = xAA: ^U[WZU/ = xjzvu /AA/:3647891t/PÆRiORJMNLMfOQIOKLQRJ //q68u6u9//9uqN/// vu67/ //1E721/

/01234/21/53647891/	/:3647891/
---------------------	------------

// ; < = > ? = @ ABCAD ? EF ? GCE = @ H

IJKLMNOPQRSTUVWXYZ[VWZ[X\XUX/OX/IZOV^OV [UZ^`W0Z


laMbcdePfT	g3h3ih3g433
------------	-------------

dLkSIJT mno/p/12a32ar74s3/U363t1/uv/ tuw7x65q1/Y3278121

ylz{ yzbT	3515}4553330gh
-----------	----------------

dSR~OI□JT \s3/8q5u65q121

cQ SNLMbY deT OROMcQ SJM LjOI JM yJKLj SO T Sk M RSkOT \s3 eS JM ~iSJT

V69u_t18 MYbTY  ziJ_MvON~SNONLT\s3

PQN_ MdLNLt 71/:3vu62123t/ 1783/ uttuqt1/ OSijJT :u69t3

~QS SJT :1v 16 1 yPzT n ooooo YbT Y


PQN_{MyJjjL} T OSjjJT


~QS   SJT vPzT YbT

yj NSRJ McQ jSRJ MQJMy c

ls3/X#q49uv:t2q934/q645tq934/63/:Z0VV\ 1t1/u49u/vut3/2u/ q49u8

P R
L SRO | QJ
L L ORO Jj OROMNJ O Jj O Jj
zOj LQ SKLRJ JS SQO zO OKLRJ zO J YRS S ONJ
dLi dSR~OI J φSRJy NSRJ
£ ₪

////// 5 | no
o mo m 5 1 on 1 mo 5 \$ | o o o 5 1 on 1 mo m \$ \$ | o o o \$ \$ | o o o
3330
 [/a/q49«tg53/23](#)
7q9123
o o o o

////// 5 | no
o mo 8 mm † on † mo 8 n \$ \$ | o © oo m 8 † on † mo 8 n \$ \$ | o © oo \$ \$ | o © oo
3335
 /a q 49 « t q 53 / 23 7q9123
o © oo

////●m★/p 0 mo★o\$† m†mo★ o o©oo o| om† mo o| o\$©o\$ o\$©o\$ 3331 q/q49«tg53/23 7q9123 o©oo
00 '16¬1vu693

W_V 333h 7q9123 '16-1vu693

//////nm\$/p
W__ momm n on momm]@/nno@oo mm on mommmno@oo nno@oo 333g /a/q49«tq53/23 7q9123 o@oo
`16~1vu693

////★mo0/p
:] 3334
momm n on momm]®/!o©oo mm ‡ on ‡ momm |o©oo
q49«tq53/23 7q9123
`16¬1vu693 o©oo

momm o momm]@/[ooo©oo oomommm ooo©oo q49«ta53/23 7q9123
`16~1vu693


//// nm\$/p momn n on momn]®/nno©oo o on momn nno©oo nno©oo 3339 7q9123 o©oo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

 012345167/87
9::<:=>:37

3303

/////?@AA/B
CDEF

G @A@H **HGIAHI@A@H** EJ/KALAA AMIAHI@A@H KALAA KALAA

 012345167/87 NO13:87
9::<:=>:37

ALAA

PQRSTUVWXYZVQUWZU[]^_`~\UaWZUbWSYcde

ALAA

PQRSTUVWXYZVUfbgVYRQcUWZU[]^_`~\UaWZUbWSYcde

ALAA

hWiWjVSUVQUkSZIQUmYRnSopQ	
/ECq/B/9::<:=>;37/67=/E>6O527/r8=1;1235:31s7/tC7=/qu>137/vO2w>;21s7x	
/Evq/B/9::<:=>;37/67=/E>6O527/r8=1;1235:31s7/tv>=/qu>137/vO2w>;21s7x	
/EyC/B/9::<:=>;37/67=/E>2351<z7/y>=w75{51:/8>/C7 5::<:	
/Cq/E>s7}:87/B/qu>137/vO2w>;21s7/E>s7}:87	
/E~/B/9::<:=>;37/67=/E>6O527/~O8161::	
/E /B/9::<:=>;37/67=/E>6O527/ />;>}:87	
/ / /B/9::<:=>;37/67=/ /:3:/8>/FO 16:<z7;/ / 1{517/ / u161::/ /:1z7	
/C /B/9::<:=>;37/ /;265137;/7/Cr / /	
/ / r/B/9::<:=>;37/ /;265137;/:/ / s18:/r31s:	
/q/B/9::<:=>;37/>=q " >6O<z7/~O8161::	
/vq/B/vO2w>;2:/> " 1 118:8>/w75/u75<:/87/ >=/@MHIEDDCDIEDDC/8>/A IA I@AAML/ / >65>37;/ / K. @@@AI@AA?/>/ / >612z7/C / /?GA >/5>O;	
/ > /B/ > O3:/8>/ / u 617	
/9 /B/9::<:=>;37/8>/ / u 617	
/F/B/F:56>::<:=>;37 =/9::<:=>;37/F:56>::87	
/Fr/B/F:56>::<:=>;37 =/F:56>::	
/ D/B/ >;>u 617/D126::	

WiYcRbQSRgUUVWU UbWiYcRbQc

 iYjSeUU [UUUUU] Uuuu Wiuu

/y>::/ /;161:: / /// =w51=1\$/ ///q " w753:5/q " 6>:: /

///





Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761](https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761)
<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSModulo=3761

https://mteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

./0123.10.42536780.	.92536780.
---------------------	------------

...;=>?@AB::CD;=EFG;BHABI<@EHAHJKKK

[illegible]

qUVMOZPYMRWYzOzOWYPjPxYMRWYPoRWWOPQOUIYTXOUPPPPPPPPPrYXYZPc£wam¥w|;£PPPPPPPPPP\$OYZP;Z`mZ£m

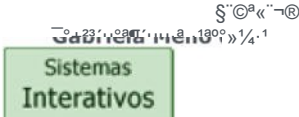


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.al-fermidade-assimilada.camda.alleg.br/C/5374eb-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

020

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Menu Principal ▾

TPUVPXNRZRPQ_ZYN NOZ% PQSQ P=OPV%P.. \ :56...0A610.

/0123.10.42536780.

.9:3678012.

...

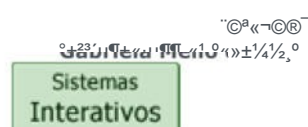
..;<=>?@ABC;<DE<>FGH<CIBCJ=AFIBIKLLL

MNOPQRSQTPUVWXYZ[\]^									
T_`[.abcdefgdchfige									
ijklm	Tj_noT_`	mjMpqrqm IT	Tj_n	Trstk	uYRv TPYZV	_rsMv kj	_rsMv _j	wmsxpykw	Mp_k z' lzjpTp_pk
<div>{ }~□□{ 9 /9{ { □□~}●{ ^9{ Y~ </div>	abcdefgdchfi <u>ge</u>	<div>{ }~□□{ 9~ / /({^{ { Y~ </div> <div>Ahhch5dfhh / aaabi</div>		<div>4 2 b aa a aa a aa</div>	<div>^□</div>	<div>ii</div>	<div>2 1 5</div>		
		<div>{ }~□□{ 9~ / /({^{ { Y~ </div> <div>Ahhch5dfhh / aaabi</div>		<div>4 2 b aa a aa a aa</div>	<div>^□</div>	<div>ii</div>	<div>020. 051:</div>		
		<div>{ }~□□{ 9~ / /({^{ { Y~ </div> <div>Ahhch5dfhh / aaabi</div>		<div>4 2 b aa a aa a aa</div>	<div>^□</div>	<div>ii</div>	<div>0 0 3 27 3</div>		
		<div>{ }~□□{ 9~ / /({^{ { Y~ </div> <div>Ahhch5dfhh / aaabi</div>		<div>4 2 b aa a aa a aa</div>	<div>^□</div>	<div>ii</div>	<div>0 05 0</div>		
		<div>{ }~□□{ 9~ / /({^{ { Y~ </div> <div>Ahhch5dfhh / aaabi</div>		<div>4 2 b aa a aa a aa</div>	<div>^□</div>	<div>ii</div>	<div>~782.9 2./24:</div>		
		<div>{ }~□□{ 9~ / /({^{ { Y~ </div> <div>Ahhch5dfhh / aaabi</div>		<div>4 2 b aa a aa a aa</div>	<div>^□</div>	<div>ii</div>	<div>2 \ . 64:332</div>		

zVW★NP[QZNSXZvPvPXZQQtZNSXZQISXXPQRPVQwZUYPVQQQQQQQQQQqYZY[Q o;fof;f QQQQQQQQQQPZ[Qf;f



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



 Menu Principal ▼

~{z||} .^{3/4}/₄25367803. !: 0^{3/4}/₃TPUVPXNRZRPO ZYN NOZ;ÀPOSQ: p 58 p 58 p 0. #56..0Á610.

./0123.10.42536780.

.9:3678012.

...;=>?@ABC;<DE<>FGH<CIBCJ=AFIBIKLLL

[illegible]

xVWNPtQNSXZtP tPXZ Q QrZNSXZQsXXPQRPVQuZUYPVQQQQQQQQQQoZYZ[Q;cm£am¥YcQQQQQQQQQQ|P;Z[Q#E\$jl



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-anteprojeto-legislativo.camara.leg.br/53798ed->

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

01234567947 1 13 2367 139

#\$%&%\$'%)'+	!"
)*7)+&(#*)+	, -./,-01.1 .2.32,42,50 46-2
	389:-267573;

4947 1 13 2367 13:9 ;1236726 7<73 7 13 107 7361171275 7=3317>4? 7:01=>;@1
3A426B

CDEFCDE&%DGHEIJHKJL/3,>4 .5M4106N.				
OPJLKQRJSTC	"U 1 2367 1		V	V
V	V	V		V

CDEFCDE&%DGHEIJHKJL,4611,.3423,M0. M4106N. 2.53.,-				
OPJLKQRJSTC	1		V	V
V	V	V		V

=772W17XY3576Z73[767X]1219 9733710016^7 1 A675141\774742 7 7
35_
.6 121 7`aFbcFdbda[3dbef&: 767g17 _73?57;

hN46-3

i./=3./,3

=73317\7331\77101=> 01234567301=> .3676?3673 =713 ZX1301=>





\$%&'()*+,-.%./%012+&(+,%
,-.3456.7.\$/3

89;:<=>?@A	BCDECFDGCCHBBBIJKL
MNO?@	RSRTUVWXSTWYZUZRU[X\W[S][S^YRW]X_T[W
P@;=NQA	\YWXRW]XRUCWRTSW]XCFCXRW_WXBEXHXDUZT\]XHXSTWTSWSYdYXHXVeXHXEKGfKJ
`9ab@A	BBB

WXdghigXUjklmnhjgX^opoqgrsXlkXtukXpgXgvqhwthxykXztoXr{oXjkl|oqoXkXWqvD
FsXpgX_ohXfDBEGsXpoXlXpoXnghkXpoXl}}BsXjoqvh|hjgXztosXlouvgXpgvgsXg
on~qougXgjhngXhpolvh|hjgpgXoljklvqgJuoXonXuhvtgxykXqo□trgqX~oqglvoXk
^tlpkXpoXegqglvhgXpkXTon~kXpoXRoq ‡ hjkXJX^eTRD

]X~qouolvoXdoqvh|hjgpkXlykXuoq ‡ hq ‡ XpoX~qk ‡ gXjklvqgXjkwqglxgXpo
ztghuztoqXp ‡ whvkuXqo|oqolvouXgXjklvqhwhthx ‡ ouXoHktXoljgq□kuXpo ‡ hpkus
pojkkqolvouXpguXkwqh□gx□ouXjknXkX^eTRD

🔗NQ=aNabACFHBKHCBCExgXCKHBGHCBCe

📍b<'Ÿ' = ƒ=;N>?@👉👈👉👈b<@A👉CBCEBKCFBEIf(CFCF)BEFE

Sl|kqngxykXkwvhpgXonXIEHBGHCBCExCB👉LG👉CF

Wxtvhrh👉gxykXpouvoXdoqvh|hjgpkX~gggXkuX|hluX~qo ‡ huvkuXonX_ohXouvg
jklphjhklpggXgX ‡ oqh|hjgxykXpoXgtvolvhjhpgpoXlkXuhvoXpgXdghig👉
👉👉👉👉;N=👉N👉👉@👉👉👉<





(!)'o!
)p!]#q!

0123456791 34515 4373243

!"#\$ %"#&
'()*+,-./++0***1234
'56789:;+<1==*<0+*+<
>?87@91-0*/0+*+<-ABC+*4/33
DEF78E81*01+0+*+<-21<*\$G:676:6E&87ECAG:6E8C8E8E6E
8CHE>?87@9,

'567I7GE2CJH 431K43L919151254754ML735NK324O1
M444P A7:CG576\$E&:'()CQ:; RSTUSVTWSSXRRRYZA 9670793
G7:E87?F:6:]E:GEG7:EF8^85C5EQEF_7C6EC,
'567897678EGQEC:CE56C,/4+2<<-28E':CF78E@9
8EC#7C85EQEF_AEG5CG:6E8C?FEC#7C:C,'1+,44*0+*11
1-,4/.0+*1.A:6*10+*++8E'a)A8+18bE:758+*++
!C8E8CG:C6E:6C8C6E'56789C985C?:CEQ7F78E88C
57QH:E7C85EQEF_
GEC8?CCEbH5c87GEAE'56789E6C6EE?5CE5FE@9
E68CCCHCC6EQFG7:6CAEde:G7ECHI7F7E7C,
EG76E@98C6EG56789G:87G7:E2CB^57I7GE@98CHE
EH6:67G78E8:?56EF857QH:EFH?57585EQEF_:E
:65:6\$_66?00fff,6C6,bHC,Q5&
'567897678Ed5E6H76E:6,

49M72Kg674Kh723931
]E:GEG7:EF8^85C5EQEF_7C6ECG:C6EC8E8C
:GCCi57CB78:67I7GE@98EC?CCEC:E6H5E7CbH5c87GEC
7:E87?F:6C?5E:6E)HC67@E85EQEF_JHE:6BCQ57dE@jC
C6EQFG78ECC:6:@EG:8:E6k57E65E:C76E8EbHfde8H
EG58CbH87G7E7C65EQEF_7C6ECA7:GFHC7^:G:G5::6EC
5GF_7:6C?5^78:G7i57CAE_:5i57CAEGHC6ECAE
FH:6CHE5GF_7:6C8657:E8CF7IH8G55:6C
8>GH@98EG58CI75E8C?5E:67:7C6m57(nQF7G8
5EQEF_A'7CC98':G7F7E@9(5m^7EH8E7C6c6HFCJHA?5
87C?C7@9FdEFAG:67^5I5@E>GH67^E,



n^78ECCHdC6jCG:86r6C6,bHC,Q5

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



156789 86 69 5 6

012342

102 402421242102

!"#\$%&'()*+,-./01(12(-+3425-12(0+(0425-46*4781(0+(9781(0+(:;\$<#="(!>?"@(/+259(A1B9-A9,(95C(9
D-+2+/5+(0959,(/92(97E+2(+2D+AFG4A92(0+(!/A1-0959(H-+./54.9(I(J*2D+/24.9,(&9KL/A49(0+("BD-+2M-412,
J1A4+090+2("BD-+2M-4942,(N4A-1+BD-+292(+("BD-+292(0+(H+)*+/1(H1-5+,(#+A*D+-9781("O5-9P*04A49K,
#+A*D+-9781(Q*04A49K,(;R;(!'J\$;(+B(5-9B459781(A1/5-9S

:1B+S(J%J\$N;(%\$;<:".J"(R"#;R%'R%&<J;('(@\$R;
!:HQS(TUVWUXVYUUITTTZ[)

75^ _`

9a(!+-54081(+OD+0409(3-95*459B+/5+(95-9.C2(09(4/5+/-+5,(/12(5+-B12(01(A9D*5(01(9-5V(bc(09(#+21K*781(ZUZI
01(!1/2+Kd1(:9A41/9K(0+(Q*25479e

6a(9(4/G1-B9781(01(/fB+-1(01(!H&! :HQ(C(0+(-+2D1/2964K4090+(01(21K4A459/5+(09(A+-54081,(2+/01(D+2)*429012
1(/1B+/(+1(!H&! :HQ(+O959B+/5+(A1B1(043459012e

Aa(91(0+254/95M-41(A96+(A1/G+-4-(1(/1B+/(+9(545*K9-4090+(01(/fB+-1(01(!H&! :HQ(4/G1-B901,(D10+/01
A1/G4-B9-(9(9*5+/54A4090+(09(!+-54081(/1(D1-59K(01(\$-46*/9K(0+(Q*25479(01("25901(0+(N4/92(g+-942
hd55DSIiiiV5PB3VP*2V6-a,(D+K1(D-9j1(0+(W(h5-L2a(B+2+2(9Dk2(9(2*9(+OD+04781e

0a(+259(!+-54081(4/AK*4(12(D-1A+2212(GF24A12(+(+K+5-l/4A12,(1/0+(d1*.-+(2401(4BDK9/5901(1(H-1A+221(Q*04A
"K+5-l/4A1([([HQ+,(1(J425+B9(!:Q(h"O[H-1P*04a(+1(J""<([J425+B9("K+5-l/4A1(0+("O+A*781(</4G4A909,(5+/01(9
B+2B9(.9K4090+(09(A+-54081(+B45409(04-+59B+/5+(/1(&k-*B(+96-9/3+(12(D-1A+2212(09(Q*25479(!1B*B,(01
Q*4j901("2D+A49K(+09(\$*-B9(#+A*-29K(9D+/92(09(A1B9-A9(D+2)*42909,(A1B(+OA+781(01(J""<,(A*P1(2425+B9
*/4G4A901(96-9/3+(51092(92(A1B9-A92(01("25901e

+a(;(D-+2+/5+(A+-54081(/81(G9j(-+G+-L/A49(9(D+-F101(0+(9/12,(*B9(.+j())*(21B+/5+(2+(-+G+-+(m(+O425L/A49(0+
G+4512(P*04A492(+B(9/09B+/51(hD-1A+2212(954.12a(A1/5-9(1(/1B+(D+2)*42901,(A1/G1-B+(H-1.4B+/51(W\IUTZb(c
!1--+3+01-49(g+-9K(0+(Q*25479V

;(D-+2+/5+(A+-54081(:n'("o!@<% (9(D122464K4090+(09(+O425L/A49(0+(1*5-92(97E+2(0+(/95*-+j9(04.-+29(09)*+K92
9)*4(B+/A41/9092V

!+-54081(21K4A45909(+B(ZW(0+(Q*/d1(0+(UTUW(m2(UTS\W

%;\$;w::,(ZW(0+(Q*/d1(0+(UTUW(m2(UTS\W

r 6s 2896t u`

UWTY[ZWUT[Wb[TYvU[XIZY

H9-9(.9K409-(+259(A+-54081,(9A+22+(1(2F541(01(\$QNg(hiiiV5PB3VP*2V6-a(+B(!+-54081(Q*04A49KI;<\$%.!%R;R'(!"#%Rn'
I;<\$%.!%;pn'(U(4/G1-B9/01(1(Ak0431V

;\$%.!%;pn'S(R1A*B+/51(A1BD1251(0+(Z(G1Kd92h2aV(R1A*B+/51(+B45401(D1-(D-1A+229B+/51(+K+5-l/4A1V(q*9K)*+-
+B+/09(1*(-92*-9(3+-9(2*9(4/.9K4090+(+2+-M(A1/240+-909(A1B1(4/0FA41(0+(D122F.+K(90*K5+-9781(1*(5+/5954.9
!+(G-9*0+V



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Z 0+ Z

273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



01213456179 29
36
2

6419 72 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473 9 6 13 \$9%!19
41! 9 #21 7

&
2'(3134 0 14 #2 23 9 6 91791#3 7"49
2)(*+,-+.,/++0***123

45667897.;&;<=5<>;&:5&7&?7@5A:7&B7C<;A78&C;D=7=&5&<A6C=595=&EF7<6EF5=&:G9<:76&:5
=56H;A67D<8<:7:5&.;&6FI5<>;&H766<9;&7C<J7&<:5A><K<C7.;&EF5&9<5=5J&7&65=&7HF=7:76L&M&C5=><K<C7
AN;&C;A6>7J&H5A:OAC<76&5J&65F&A;J5L&=587><976&7&C=M:<>;6&>=<DF>P=<;6&7:J<A<6>=7.;6&H587&Q5C
:7&45C5<>7&?5:5=78&.;&R=76<8&S4?RT&5&7&<A6C=<UV56&5J&WG9<:7&X><97&:7&YA<N;&SWXYT&IFA>;&Z
[=;CF=7.;=<7]5=78&:7&?7@5A:7&B7C<;A78&S[]?BT^

_6>7&C5=><:N;&M&9P8<:7&H7=7&;&56>7D585C<J5A>;&J7>=<@&5&6F76&K<8<7<6&5L&A;&C76;&:5&5A>5&K5:5
>;:6&;6&`=aN;6&5&KFA::6&HbD8<C;6&:7&7:J<A<6>=7UN;&:<=5>7&7&585&9<ACF87.;6^&45K5=5\65&Z&6<>F7UN
6FI5<>;&H766<9;&A;&cJD<>;&:7&4?R&5&:7&[]?B&5&7D=7Aa5&<AC8F6<95&76&C;A>=<DF<UV56&6;C<7<6&H=59
A76&78GA576&d7d&7&d:d&;&H7=Pa=7K;&bA<C;&;;&7=&7&6&L7&5&8&A:5&IF8j;&:5&ekke^

X&7C5<>7UN;&:56>7&C5=><:N;&56>P&C;A:<C<;A7:7&Z&95=<K<C7UN;&:5&6F7&7F>5A><C<:7:5&A7&IA>5=A5>L
5A:5=5U;6&mj>>Hnoo=KD^a;9^D=p&;F&mj>>Hnooqqq^HaKA^a;9^D=p^

r5=><:N;&5J<><:7&a=7>F<>7J5A>5&C;J&D765&A7&[;=>7=<7&r;AIFA>7&4?R&5&A:5&hoeuohuei^
_J<><:7&Z6&huntnit&.:&:<7&evouwohuhv&mj;=7&5&:7>7&:5&R=76G8<7p^
xP8<:7&7>M&euoeohohuhv^
r`:<a;&:5&C;A>=;85&:7&C5=><:N;n&9-*2,y19,9*/.22.
zF78EF5=&=76F=7&;F&5J5A:7&<A978<:7=P&56>5&;CFJ5A>;^



.,<=,>?=@?AB;A,;>?BCAB;AD?E;FB?AB;AG@F?:AH;=?@:

WXYZ[\]Z

```
^_`abcdef_gbabchf_gi
      jklmnlomok
```

^_`abcdefghijklmnopq
bchfhariijlmslomok

teg lteg f gu` vh`bhqifvbva ghfbahwt tv fc f`hcbecbxwvhfeqach

btv^bydef_vahcwhqifmmozmsn{[mj]}
so

$$^{\wedge}tu\sim|^{\wedge}uxifmo|ko\Box|noolmmmj\}z\{$$
vbawhydeifh    

qe👉`hcew`eif`whfvhefv 👁hvabhe

t'Y'g	`eifo□o
-------	---------

^egug g taeifvhqhfmk□

hb``eif^ ta'e

^ uifkzn ~~z~~ zmmm

cbva`baeluepehcei

$$qwtb^{\wedge} \text{ } \& \text{ } ubeifbahabhbw^{\wedge}w$$
wxifg 

KX Z Z Q Q X| Q QXQZ Z X Q ZQ Z Z J | Z Z Q Z QXQ X| Q Z| X C
X X Z Z X Q Q X| Q Z Z Q Z Z Z Q Z Q X X X Q Z Q X Q Z Z

[illegible][illegible]

IX | | | Q| < ZQZQZ=ZQ| | Q Q QX [ZHX X | \ X | Q QZX X X Z QZ Z Z Z Z Z Q Q | | | Q| |

```
bc tabxb^hyde
```

t'Y'g `efcefuah

c v^`byte[illegible]
$$\wedge \cdot \text{cb} \otimes \text{efc} \text{ f}^\wedge \text{eta} \text{`eq fc f}^\wedge \text{`abcdefghijklmnopkmnnznoozkmm}$$


Data de Envio

13/06/2023 21:04:40

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para

cgfm@mcom.gov.br

Assunto

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem

Processo nº: 53115.006252/2022-35

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), executante do serviço de radiodifusão sonora em modulação, no município de Lagoa Grande/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja pena é cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de processo administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8572/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagoa Grande/MG, referente ao seguinte período: 22/03/2022 a 22/03/2032.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o quadro societário e diretivo da Entidade;

3.2. prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, nos termos do parágrafo 3º, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 13/06/2023, às 14h16m, no horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **10951816** e o código CRC **B02CFD82**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10951816



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 16012/2023/MCOM

Brasília, 13 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.327.622/0001-54)
R. São Sebastião, 272, Sala 3 - Bairro Centro
35.685-000 - Itatiaiuçú/MG

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.006252/2022-35.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8572/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência deste Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, com o qual o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação no prazo e modo adequado poderá ensejar a adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 13/06/2023 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **10951817** e o código CRC **9F6E8BE2**.

Anexos:

- Nota Técnica 8572 (10951816)

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10951817

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Data de Envio

14/06/2023 09:47:08

De

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para

SGRABELO@UAI.COM.BR

sei@sistemaplug.com.br

sistemaplugsei@gmail.com

edio@ea.adv.br

adalzira@ea.adv.br

Assunto

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem

PROCESSO Nº: 53115.006252/2022-35

INTERESSADA: 53115.006252/2022-35

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos

Oficio_10951817.html

Nota_Tecnica_10951816.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

02.327.622/0001-54

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	02.327.622/0001-54	SGRABELO@UAI.COM.BR, sei@sistemaplug.com.br, sistem adalzira@ea.adv.br

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial -Processo nº: 53115.006252/2022-35

Inez Joffily França

Qua, 14/06/2023 10:07

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a), Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 13 de junho de 2023 21:04

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.006252/2022-35

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/hone/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODJlNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAD31SCGCRSW... 1/1

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1015 , DE 23 DE ~~DEZEMBRO~~ DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000821/2000, Concorrência nº 068/2000-SSR/MC, resolve:


Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HELIO COSTA





Art. 60. O caput do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para a definição dos beneficiários do PMCMV, devem ser respeitadas, além das faixas de renda vigentes na data da solicitação dos benefícios, as políticas estaduais e municipais de atendimento habitacional, priorizando-se, entre os critérios adotados, o tempo de residência ou de trabalho do candidato no Município e a adequação ambiental e urbanística dos projetos apresentados."

Art. 61. (VETADO)

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. O disposto no Capítulo I desta Lei aplicar-se-á aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015, ressalvados os dispositivos previstos na Seção IV do mesmo Capítulo.

Art. 63. Ficam revogados:

I - o inciso V do caput e o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

II - os arts. 63 a 70 e o § 2º do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

III - o inciso VI do art. 36 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

IV - (VETADO); e

V - o art. 39 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson Machado
Paulo Bernardo Silva
Paulo Sérgio Oliveira Passos
Miguel Jorge
Sérgio Machado Rezende
Orlando Silva de Jesus Júnior

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 742, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à WEB COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009, que outorga permissão à Web Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 743, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DE INIMUTABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inimutaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inimutaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 744, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 745, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ABATTAENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abatiã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 885, de 19 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Abatãense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abatiã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 746, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à MORIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florai, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 66, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Moria FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florai, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 747, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BRASIL SUL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Rádio Brasil Sul FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 748, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CORUPÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.053, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Corupá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 749, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PALMA SOLA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 208, de 22 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 750, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNAPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.041, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à As-



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O SISTEMA
ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA
EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA
LOCALIDADE DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE
MINAS GERAIS.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do
ano dois mil e 2012, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações,
Paulo Bernardo Silva, e o SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., CNPJ nº
02.327.622/0001-54, representada por seu gerente, Paulo Vicente de Freitas, RG nº M-
271.921 – SSP/MG, CPF/MF nº 774.317.316-04, assinam o presente Contrato de Adesão de
Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº
1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de
2009, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 20 de dezembro de 2010, publicado no
Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2010, para explorar o serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais,
regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes
e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., o direito
de explorar, sem exclusividade, na localidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais, o
serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e
culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas
neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da
Concorrência nº 068/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga
apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará
em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20
(vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a
montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do
extrato deste contrato no Diário Oficial da União.



- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;



- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;



- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.



Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária

Testemunha

Testemunha



1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"\$%&'()*+,-./										
%012,34564758449333;<=>?>@AB"?BC0@0>@@"D@"EBD?FD?GC>BF"HDB										
0FA@	%012!%1G	@0?DBD@A%	%012	%BEJF	K*#L%!*+'	1BELF0	1BEL10	>@EM?NF>	?1F CG	AC0?%?1?F
OPQR--OS TP1TOUVSW UP-XRQYSW 1SZTSO[RW	1.65\8\5648; 1	WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U c4dW86e554	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U .2f2`5_g49`5	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U 2dg27h2	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U R9 4T`4146e	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U /4f3i7`2	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U Q2j42Uf273e	
^RTOR /PWSZR UP-XRQYSW	3<35<\35<1; 7	WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U Q2j42Uf273e	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U /4f3i7`2	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U R9 4T`4146e	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U 2dg27h2	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U .2f2`5_g49`5	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U c4dW86e554	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U 2dg27h2	
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U R9 4T`4146e	









010234512578380393 59191705 295											
843	8	38219593 4	8	5		5 2 8	5 2 8	03 10 21 7 478111			
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	%567896 :!% #&!%'&!;	*	22	22	(22 <		=96>?@5A
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	%567896 :!% #&!%'&!;	*	22	22	(22 <)AB9A\$<6A@>7	
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	CD59	133** *E**F *E**F			(22 <	GA6A5HCi9J5H	
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	CD59	133** *E**F *E**F			(22 <	K9L\$MD7HH9	

7NOPQRSPTUVSWPTXQYZZPPZQP9R[]^[]_`PR[aR\bRlc



1234532647589 2 589 234

!"#\$%&'()*+,-./0											
&12-345678965:8;97											
<=>?	&<1@A&12	?<BCDC?>&	&<1@	&DEF=	G+\$H &"+, (1DEH =<	1DEH 1<	! ?EJBK=I B1=	L2 >L<	B&B1B=	
MNOPQQMR N1MSTRU SNQVPOWRU1R ORMXPU	345678965:8 97	UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	R:65:Z68::[3334:] 	U^6_4 4]	\33 3`33a 3`33a			0Y	:: YS	.2bc27d2	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	R:65:Z68::[3334:] 	U^6_4 4]	\33 3`33a 3`33a			0Y	:: YS	e4f3g7_2	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	R:65:Z68::[3334:] 	U^6_4 4]	\33 3`33a 3`33a			0Y	:: YS	O2h42Sf273	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	R:65:Z68::[3334:] 	U^6_4 4]	\33 3`33a 3`33a			0Y	:: YS	/2f2_5^c49_5	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	R:65:Z68::[3334:] 	U^6_4 4]	\33 3`33a 3`33a			0Y	:: YS	i4bU86554	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	R:65:Z68::[3334:] 	U^6_4 4]	\33 3`33a 3`33a			0Y	:: YS	P9 4_4146	

L()jk "-#l,k*,mHnl#o#&,k*,#2,p ,'%#\$,##&"(+,#2%kk% k,#####C,+,#qrAstAqsqu#####v"k,-#qw-rx-yz



1234532647589 2 589 234

!"#\$%&'()*+,-./0										
&12-34354635476896										
::<=	&:1>?&12	=:@ABA=<&	&:1>	&BCD;	E+\$F&"+, (1BCF::	1BCF1:	G=CH@I;G @1; J2 <J:@&@1@;		
KLML NOPQOL ROSTLUVQP	343546354768 96	PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR /2'2_5cd49_5	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR e4fP86554	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR .2fd27g2	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR L9 4_4146	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR	N4'3h7_2
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR U2I42R'273	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	Pc6_4	j4433 3j33k 3j33k			OK	88 KR .2fd27g2	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	Pc6_4	j4433 3j33k 3j33k			OK	88 KR	N4'3h7_2
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	Pc6_4	j4433 3j33k 3j33k			OK	88 KR U2I42R'273	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	Pc6_4	j4433 3j33k 3j33k			OK	88 KR /2'2_5cd49_5	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	Pc6_4	j4433 3j33k 3j33k			OK	88 KR e4fP86554	
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	<u>QY5ZY95IYY13338</u> 4^	Pc6_4	j4433 3j33k 3j33k			OK	88 KR L9 4_4146	

J()lm "-#n,m*,oFpnq#&,m*,#2,r ,'%\$,&#(+,#2%mm% m,#####A,+,#st?uv?susw#####x"m,-#sy-zu-ss





Menu Principal ▼

pqrs tt 47589 25uCD2B\$tt '#()#+!%--%#\$3-l,!J!"-vw#\$\$&\$#M"#)!vw# | B7 CD7C CB2 | EC78 2x832

1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"#\$%&\$'#()*+,-./01
'234.5678697:66;555<=>?

7

/@4A4BC7647 D2343234564EC552B7A4DE2F@4
--

G)*HI!#.\$J-I+-KLMJ\$N\$'-I+-\$O-P!-(&\$%- \$#),-\$O&II&!-\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$Q,-.\$RSTUVTRURW\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$X#!-.\$RY.ZY.SR

\$

\$



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

0123456797 43407 1143751134515437 51
210143 5 44 325 9131

4 31 431 151254754 735

09

!"#\$

%%%%%%%%%&'()*+,-%-%./'.0-%,'%)%1234561%41567418%9%::8:57<=4651>?:@%A%1B)0**%.B(C/'+'%'C-D)/%)(
,E+.,)(%FG%'+'BH)|%)(/'%)JG/),)(K%C'/0.L.C-K%J)/%)-(%L.B(%,'%./'.0-K%FG'K%I)B,)-%/'+'%-(%/'M.(0/-(%,
1B)0*K%+/'L.C-GN('%):O6@;34561%,',PD.0-Q(R%C-I%/'CG/(-%C-I%'L'.0-%(G(J'B(.+-%'S-G%TG,.C.)*K%'S-G
J)/C*),-(U

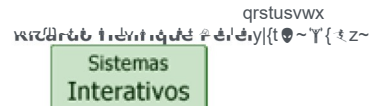
%%%%%%%%%:(0)%C'/0.,V-%/'L/'N('WC*G(.+)'B0%X%(0G)YV-%,-%C-B0/.DG.B0%B-%ZID.0-%,'(0)%M[BC.)K%BV-
C-B(0.0G.B,-K%J-/-%C-B('MG.B0'K%J/-+)%,'%B'W.(0[BC.)%,'%PD.0-(%B(C/.0-(%I'%9E+.,)%10.+)%%,)=B.V-K
,I.B.(0/,-(%J*)%V-CG/,-/.)%2')*(%,)%])^B,)%4)C.-B)*U

%%%%%%%%%:I.0.,)%X(%`ab_ac`%,-%,.)%_dSefS_e_c%QH-/)%'%),0)%%,%g/)(E*).RU

%%%%%%%%%hi*,.)%0P%_cSejS_e_cU

%%%%%%%%%5'/0.,V-%'WJ',..)%M/0G.0)I'B0'U





Menu Principal ▼

55f

555).-\$(DEFGHI I JFMJLMNMNGOKL_&)\$ \$&(| '). (h.1(

456789.;<=>?9;<@?<A?B?C.;

DEF	GHI	JFK	LMNM	GOKP	QIJR	FMSO	GTGN	KFI	LMNM	GOK
051U	UUUU									
0553	UUUZ									
0550	UU50									
0551	U551									
0993	U993									
0990	U990									
0991	U991									
0999	U999									
0943	U943									
0443	U443									
0440	U440									
0444	U444									
0333	UU39									
0333	U033									
0323	U323									
0203	UZ03									
0213	UZ13									
0253	UZ53									
02d3	UZd3									
0293	UZ93									
0290	UZ90									
0291	UZ91									
0295	UZ95									
029d	UZ9d									
0299	UZ99									
0294	UZ94									
0293	UZ93									
029Z	UZ9Z									
029U	UZ9U									
02Z3	UZZ3									
02Z0	UZZ0									
02Z9	UZZ9									
02Z4	UZZ4									
02Z3	UZZ3									
02ZU	UZZU									
02U3	U991									
02U0	UU39									
0U93	UU93									
130Z	U30Z									
101U	U01U									
10d9	U0d9									
1430	U555									
1431	U431									
14Z3	U4Z3									
14Z1	U4Z1									
14Zd	U4Zd									
5333	U330									
5330	U331									
5933	U933									
d033	U000									
d030	U030									
d031	U031									
d035	U030									
d039	U039									
d133	U133									
d130	U130									
9513	U513									
9553	U553									
9550	U550									
95d3	U5d3									
95d0	U5d0									
95d1	U5d1									
	U5d5									
	U5dd									

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\$2&*+2(-(-2+&\$\$(2)-.\$!(%/ 0' 1- 25340

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

9549	5549	16 2-.*.&
9544	5544	(+&')\$ 17(*)'\$)1&1
9543	5544	.\$ (+&')\$ 8\$ (.)\$9
954:	5543	.\$ (+&')\$ 8;(+) ;(&- 29
9545	5545	.\$(+&\$' ,&-&<&(
9593	5593	7(+-')\$ =\$(>.1&+&(-
9590	5590	?) <& 1 +(\$@+&
9591	5591	-\$ ('&)\$A&(%- +.'%&')\$ 1' 1>.\$1)1.\$(
9595	5595	7(+-')\$ =\$(1&)<& 1B,&\$)+&\$ '@&1(\$&(
9594	5594	.\$ &C
9599	5599	7(+-')\$ =\$(1&)<&
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
9593	5593	7(+-')\$ 1B,&\$) &..\$<& '@&1(\$&(E7@&1(\$&(
959:	559:	7(+-')\$ 1'&)&\$(\$&
9595	5595	7(+-')\$ 1B,&\$) &..\$<& E71'&)&\$(\$&
9543	5533	'& 1&\$D&+(1
9533	5533	'& 1&+)C('D(\$ *(1 1(F
95:3	5503	*)1(G&(1 +.)\$
9553	5553	%A&\$ 1+&
9433	5433	-\$(%- \$ \$)(\$A& (=+@+& 1(H.&1&C
9434	5434	+&\$ (1 *. 1+)\$1()1)&I(C 1 *.
9439	5439	%A&\$ %(((\$A& (F.)1 1&&\$ &D.
9:4:	5:4:	-\$ (7+.)&<&(.,\$&\$.\$&(17)(7&(\$&(1&,1(1
4914	5914	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$!5:4213349
4913	5913	.\$ *(1 &C 1+-').&+(CK8 1&\$(-9
491:	591:	.\$ *(1.\$ &I(C 16 1;- + 1(1& DLMN)+&(
4915	5915	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1+-').&+(CK8!5:4213349
4953	5:::	.\$ *(1 &C 1(1& 1&D.) (1)'(**
4950	5950	#('')\$ 7J,-&+
4951	5551	.\$ *(1.\$ &I(C %((6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 9
4955	5955	.\$ *(1.\$ &I(C %((. 1((1& DL.N)+&(1!933?!1!413?!I
4954	5954	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48493?!169?!9
4959	5959	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48333?!9
4954	5954	+&\$(%-(\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(06:?!169?!I
4953	5953	+&\$(%-(\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(065?!169?!I
495:	595:	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4955	5955	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1+-').&+(CK
4943	5943	7C 7J,-&+ %- ()DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4940	5940	7C 7J,-&+ %- ()DN)+&(1)+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1+-').&+(CK
3140	5444	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(8!5:3213349
3141	5449	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(
3144	5144	7C 7J,-&+ %- ()DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$!5:4213349
3149	5111	7C 7J,-&+ ()DN)+&(1)+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1+-').&+(CK8!5:4213349
3144	5144	7C 7,-&+ -(\$& O1'&)&\$ (C 1 +. 1.'(C
3143	5143	+-(C 1 P).)\$(\$(-1+)\$1(7 *(C 1)\$(\$ 1)+ F
314:	514:	()C(')\$ 1 P).)\$(\$(-1+)\$1(7 *(C 1)\$(\$ 1)+ F
3145	5145	+-(C 1 P).)\$(\$(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3193	5193	()C(')\$ 1 P).)\$(\$(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3190	5190	+-(C 1 P).)\$(\$(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
3191	5191	()C(')\$ 1 P).)\$(\$(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
:344	5333	(=1F&+(-&I(C 1)\$(-C
:343	553:	(=1F&+(-&I(C 1)\$(-C (\$B-&\$
:30	5:30	(.C
:34	5:34	(+&')\$ 1%(+ 'A%&(
:34	5:34	+.% (C 1%(1 =+@+&)\$& F)\$
:33	5:33	+A1 68+.% (C ! =+!)\$& 9
:3:	5:3:	-.C 1 .%&')\$ 1F.)1 =+@+&
:35	5:35	.\$()1)&I(CK
:03	5:00	+.% (C 1%(1 =+@+&)\$&
:01	5:01	-.C)N)& =+@+&
:09	5:09	(+&')\$ 1%(B1&+(
:54	5:54	\$&\$.&C 1+ . 1)N)& =+!)\$&
:43	5:43	.\$()1)&I(CK
:::	54::)-(C 1%() =+@+&

QRSTUQVWXYXQOZ[XZ\IQQQJ^L\`UIQ^YSTQ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

S2&*+2(-(-2+&\$ (2)-\$ (!%/ 0' 1.- 25340

<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

89:9; ▼

<=9>?@9A:BCA?AD;

EBF9FA@B:GBHGID;FH93 EBJBKL B										KL	BM BNFOA@DPÄHB Q BRD@FHAH													
STUVW				XYZY\W \				J`_ \				abYcdZdV \				^efcWVyWg \				jZhZYVh \				
								L~[] ~ ~LLLE																
<div>GHB 3;FA 0 G;</div>				R JC 8B † CA?A@B Y D G ? DA 9 † ~ LLLEK 8 8 8 8 NB=8N I T T 8 B = 3 B N = 0 2 = R 0 U N 0 L M 8 E N † LL \																C\$				



8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8347 3 1									
!"#\$%&'(#\$#!)	*+,-	+-.//*	0- 0 1.*-0 2+-						
!"3\$&\$4(\$)	5 *-	1,6	0 5 0-	1,6	+0-/*-,-	70,	*.**0	1,	869
!;!<&!)	=98>	?					%@\$(:) A63128BC37D8D6		
EFG)	D9DHI8?J					K !L"#3(4!;) JM JH			
:(N"O4PQL())	-	R67S3 3	:(N":\$T\$) 41A632						
U\$"\$#"V&'L\$')	I9I8					W!LX(Y) 9 ? 03 78 7C8 *8863 1 161ZC[73 ,8 C23 3			
E\$L\$!L)	R67I678]V\$;"!4N!V^<(V)			
_!#!)					E\$"!L(\$"#\$"%4'\$Ya) R677b32				
c\$;d"_3) MI8I									
ef4!LX\$Ygl4)	**H9IHh0*02.-0	-/+2	8I						

1618 *1 1				
J`L\$#PL)	0C3	81 3 86	R3C28	11661763
i\$(LL)	1468	E N;! !&')		
jP&(V^N()	3b3k3	O3)	,I	E%F) 9J

1618 8661b8 [73				
J`L\$#PL)		E N;! !&')		
i\$(LL)		P !L) 8HM		
jP&(V^N()	?	O3)		E%F)

1618 8 +63786				
J`L\$#PL)	13m1 3	5161 7k3	E N;! !&')	
i\$(LL)	n83	0C632	P !L) I	
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I E%F) 9M

1618 8 4o 78 R677b32				
J`L\$#PL)	0C3	p83ZC7	277686	E N;! !&')
i\$(LL)	1468	P !L) 8		
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I E%F) 9M

1618 8 4o 78 -Cq72736				
J`L\$#PL)		E N;! !&')		
i\$(LL)		P !L)		
jP&(V^N()	?	O3)		E%F)

8631 8 R238 7378

28327m38				
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I

R36r1468 +s78				
E&\$;\$)	HM	3L!tPu&V(\$)	88D ,vm	E;\$44!)
yEz)	9D	F\$L!\$!&')	U!V\$;\$'!)	3\$4!) 8

8631 3 438



	8631	1637
!"#\$%&'(#)	*+,-."/01'&2	
345,6,-+,-" #78\$28\$%%	6,-+ ")7)\$9\$)\$#28\$%%:)\$	

143;8<67=7>32									
?8=327@3;8									
6,A"	#BC)#D	%\$9\$%E F	6+G,A"	(2C	7\$D	%(9'&E	H	IJ")'7

K63786					<67=7>32	
IL,GMA,N+" \$#\$"\$&\$7()				O5" K1#%)		
PJ,-+" K1=236		1QR7>3148		12146S7=8 ?4 39		
				TU+,-,VN !" \$9#7\$ WH		

?7X31K637;8<67=7>32									
O5"?Y#%:)\$Z					PJ,-"0YF				
IN,+6,["2\$9\$		\+A ! " %9#&]8#\$ \$			T\L," \$9)]		*N^+,-")\$ 8X		

_413														<67=7>32															
O5" <?` :Ya]<7														PJ,-"		<827 17b1		R4673		1		816=78							
c+["		#9B2]		def,5"		\$		g		Vi,+ !h"		\$		g		T5,i !"		76=R236		jl*")79)		kTOIm,"		\$9#7		WH	

[illegible][illegible]

74z=73 >86 63 732												
no"	29po"	29qno"	29rpo"	29fno"	29lpo"	29sno"	29spo"	29uno"	29tpo"	29pno"	29ppo"	29
uno"	29upo"	29vno"	29vpo"	29wno"	29wpo"	29xno"	29xpo"	29qnnno"	29qnpno"	29aqno"	29aqqpo"	(9
qrno"	7 arpo"	%99sno"	%99spo"	%99fno"	%99lpo"	%99sno"	%99spo"	%99uno"	%99upo"	%99pno"	%99ppo"	%



				!	!	"	"				

#\$43%&8 '()72736				
*63\$+7\$86 '()72736				
,-./012345/6789::1		<1.9=1	#>(7?3+148	&8 1@8463 8
A7BC/D7::9		E1;F:D/72.92G69C7HI1		JK

*63\$+7\$86					'()72736							
,-./012345/6789::1					<1.9=1		#>(7?3+148		&8		1@8463 8	
A7BC/D7::9					E1;F:D/72.92G69C7HI1					JK		

L7M3				1	*63\$+7\$86				'()72736					
<1.9=1					A7BC/D7::9									
,186C/89::12.72N/:O7 +				P;9:57HI1 QRSS+			E9C.7T2PD9TT-C/7T Q				U869.V:D/7		8M+\$	

'413										'()72736																	
<1.9=1										A7BC/D7::9																	
W7:O1		Q		X978YZ/=; [GC/9::7HI12]				[E1=7C/^7HI1				_,U		+		3'E2<ab/87				S	
0cd																											
,-./012EU																											

ef86+3%g1\$				8				8@(+148 1				h(486i3			
jk+		l68@1\$8+		c8@(+1487?8		c8@(+148		h6i&8		c343		8		c3438@ (chm	
												03n&8		8	
														c8@	
														j34(61n3	
		S		l8643673		o		RRSS		SRSSRS		h(486i3		p(6q 7@8	

ef86+3%g1\$				8				8@(+148 1				'?68r3%&8 1			
												L8@37\$			
jk+		l68@1\$8+		c8@(+1487?8		c8@(+148		h6i&8		c343		8		c3438@ (chm	
														03n&8	
														8	
														c8@	
														j34(61n3	

s7\$4567@8						1						c8@(+148\$					
												#+747 8\$					
jk+		l68@1\$8+		c8@(+1487?8		c8@(+148		h6i&8		c343		8		c3438@ (chm		03n&8	
																8	
																c8@	
																j34(61n3	
				c1@6148 L1i7\$2347r8 j		SRRSS		RRSS		c127t16		8				j3@7832p(6q 7@8	
SSSSSSSS				'48		h0L#		RSRS		S RSRS		'(4867n3		8		m\$8	
														1		*v@3@861>(u@73	
SSSRS w				'48		h0L#		RSRS		RSRS		'(4867n3		8		m\$8	
																1	
																*v@3@861>(u@73	

s86x678																		1		f(@783+148																	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.006252/2022-35**Entidade:** SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.**CNPJ nº:** 02.327.622/0001-54**FISTEL nº:** 50408405600**Localidade:** Lagoa Grande/MG**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 14/03/2022**Período:** 22/03/2022 a 22/03/2032**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9562307	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, incisos alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027348 Págs.1-5	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10952586	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027356 10951810 Pág. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10951810 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10951810 Pág. 6	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10951810 Pág. 7		
		M 10952587		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027348 Pág.6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10951810 Pág. 6	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10951810 Pág. 3		
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10951810 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562314 MARIA JOSEFA GONÇALVES 9562315 IOLANNIE RODRIGUES GONÇALVES DE FREITAS	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.				
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027348 Pág.14	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	11027348 Págs. 7-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10952642	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	(X) Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2022 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **10951812** e o código CRC **CF8ED8A8**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

SEI nº 10951812



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À C

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros especiais, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER 10996435 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER 10996435 - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 9562307). Portanto, o pedido de renovação da outorga ~~avé tempo~~ que a sua protocolização ocorreria no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2022.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos anexa aos autos (SUPER 10951812). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável o comprovatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente exigida pelo Ministério das Comunicações, ~~foi~~ fez-se pelo fato de que a sua protocolização ocorreria no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nºs 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, simplificada, em ~~da~~ pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos ~~curiosos~~, demonstrando que os quadros societário e diretivo ~~coadunam~~ ~~mostram~~ que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10951812).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário em 24 de julho de 2023 (SUPER 11027348 - Págs. 1-5).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica ora interessada explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em seis localidades, quais sejam: **Lagoa Grande/PA**, **Paraisópolis/MG**, **Campanha/MG**, **Alto Rio Doce/MG** e **Jordânia/MG**, e não figura como sócia no quadro societário da pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Josefa Gonçalves e a sócia Rodrigues Gonçalves de Freitas não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação ou de desfavora em dado no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11027348 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em tramitação de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10952642).



14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou emida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ainda, as obrigações fazendárias Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou, ainda, a Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Financiamento das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, emida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10951812).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a concessão de novo serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, não se tornou necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das outorgas de serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade do licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico do sistema radiante; (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo. (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela P RT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá apresentar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). Consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica da renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão de nova licença para funcionamento da estação.

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada no licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi deferida em 10 de junho de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SUPER 11027348 - Págs. 10 e 14).

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação do parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11027348 - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga, encaminhando as minutas de Portaria (SUPER 10997069) e de Exposição de Motivos (SUPER 10997069), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- em caso de manifestação favorável da unidade consultada à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a publicação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas, conforme consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 14:18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 14:18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **10996881** e o código CRC **386EDF40**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10996977)
- Minuta Exposição de Motivos (10997069)

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10996881

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

MINUTA

MINUTA DE
PORTARIA Nº _____ DE _____ DE 2023.

* MINUTA DE DOCUMENTO

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, inúmeras razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por ~~decreto~~ ^{decreto} de 23 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.327.622/0001-97), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pela Legislação nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pela legislação Brasileira de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Oportunidade de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Oportunidade de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **10996977** e o código CRC **FDB8FAB3**.



MINUTA

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões p
Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____
de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a permissão
outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO (CNPD nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, data
em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, pu
21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência m
Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º do Constituição da República, encaminho o
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de O Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o
verificador **10997069** e o código CRC **04C92745**.



Ofício Interno nº 39567/2023/MCOM

Brasília, 03 de agosto de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM (10996881)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM (10996881) a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**, inscrita no CNPJ nº **02.327.622/0001-54**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de **Lagoa Grande/MG**, vinculado ao **FISTEL nº 50408405600**, referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 04/08/2023, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº [10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11044818** e o código CRC **515E4723**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11044818



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADOS: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pelo **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), em caráter comercial, no **município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais**, referente ao período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento do **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no **município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais**, referente ao período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
2. Conformenarra a **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)**, que, confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes, remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:
 6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER [10996435](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER [10996435](#) - Págs. 3-8).
 7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9562307](#)). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2022.
3. No requerimento protocolado em **14 de março de 2022**, (SEI [9562307](#) - fls. 01 a 03), a entidade solicitou renovação da outorga, deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, em conclusão assim exarada: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."*

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.
11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.
13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.
14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.
15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da*



16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme a atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou da seguinte forma: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."*, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)**.

22. Quanto à tempestividade, a atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785/72 estabelece que o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, o pedido referente ao período de **2022-2032** foi apresentado dentro do prazo legal, em **14 de março de 2022**, sendo assim o pedido de renovação de outorga é tempestivo, conforme explicado na referida **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)**.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER [10996435](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER [10996435](#) - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9562307](#)). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2023 **Sra. Maria Josefa Gonçalves, 2.**

23. Anote-se que a petição (**SUPER 9562307- fls. 01 a 03**) foi subscrita pela **Sra. Maria Josefa Gonçalves**, sócia e administradora da entidade, conforme certidão simplificada atualizada emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (**SUPER 10952586 - fl. 01**).

24. Registre-se que o pleito está conforme ao novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (**SUPER 9562307 - fls. 01 a 03**).

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo **Checklist (SUPER 10951812)**.

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

I - ([Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII docaput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I docaput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

27. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou na da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)** da seguinte forma:

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10951812](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos



nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10951812](#)).

(...)

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER [10951812](#)).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SUPER [10952586](#) - fl. 01); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [10951810](#) - fl. 05); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [10951810](#) - fls. 01); prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a seguridade social (SUPER [10951810](#) - fl. 06), às Fazendas estadual (SUPER [10951810](#) - fl. 07) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER [10952587](#) - fl. 01); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER [11027348](#) - fl. 06); prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER [10951810](#) - fl. 06 e SUPER [10951810](#) - fl. 03); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI [10951810](#) - fl. 04).

29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo sócio administrador, representante da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI [9562307](#) - fls. 01 a 03).

30. **Em relação à regularidade técnica,** um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem:



PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de junho de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SUPER [11027348](#) - Págs. 10 e 14).

31. Ressalte-se que cabe à área técnica verificar a existência de compatibilidade entre o serviço efetivamente prestado pela interessada e o autorizado por este Ministério.

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretariada verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [11027348](#) - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10952642](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER [11027348](#) - Págs. 1-5).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em seis localidades, quais sejam: **Lagoa Grande/MG**, Bom Sucesso/MG, Paraisópolis/MG, Campanha/MG, Alto Rio Doce/MG e Jordânia/MG, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Josefa Gonçalves e a sócia Iolannie Rodrigues Gonçalves de Freitas não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. **Questões não jurídicas não são apreciadas pela sultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

35. Por fim, quanto às minutas de portaria e exposição de motivos propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, aptas a produzirem os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar **necessidade de assinatura determo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

37. Em relação ao pagamento do valor da outorga, a SECOE atestou que:

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER [11027348](#) - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

38. Por derradeiro, é mister salientar que, **na hipótese de o pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período** (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão).

III - CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento.

40. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente nos **itens 36 e 38**.

À consideração.

Brasília, 29 de setembro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1285776377 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-09-2023 18:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02014/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Lagoa Grande/MG**, no período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 10309/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Lagoa Grande/MG**, concedida à entidade **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e atentando para as orientações apresentadas nos itens 36 e 38 do referido PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 36 do **PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 38 do mencionado PARECER, tem-se que o item 20 da **NOTA TÉCNICA N° 10309/2023/SEI-MCOM**, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto N° 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto N° 10.804, de 2021, **não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga**.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 29 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1295650513 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-09-2023 09:39. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 02028/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

Aprovo o **PARECER n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, com os acréscimos contidos no **DESPACHO n. 02014/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296300048 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 18:53. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 10688, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, em razão das razões apresentadas na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CO NJUR-MCOM/CGU/AGU,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por decisão de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-00), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, cancelada pela Lei nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições do Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151123** e o código CRC **79B7A026**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11151123

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões p
Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a
da Portaria MCOM nº 10.688, de 5 de outubro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez a
de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIO (CNS nº 102327.622/0001-54),
nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pel
Legislação nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade,
radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Com**
em 26/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o
verificador **11151134** e o código CRC **C4DD3E05**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11151134

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42459/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10688/2023/MCOM (11151123) e Exposição de Motivos (11151139)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM (109968814) e Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5242), encaminha a Portaria nº 10688/2023/MCOM (11151123) e Exposição de Motivos (11151139) para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11151131** e o código CRC **9D0A604A**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11151131

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/10/2023 16:46:05
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 9941032
Data prevista de publicação: 27/10/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21080314	PORTARIA NA 10674.rtf	636dfc75a56fd0be3adfa168eebbcbea	9,00	R\$ 350,28
21080315	PORTARIA NA 10675.rtf	e058543248ec266ed5ea934a7b4fb213	9,00	R\$ 350,28
21080316	PORTARIA NA 10676.rtf	40f7055ac2351f0ffcc53d43cce4beeb	9,00	R\$ 350,28
21080317	PORTARIA NA 10683.rtf	75c59f37a3fe85fb1bb8582c041c0454	9,00	R\$ 350,28
21080318	PORTARIA NA 10686.rtf	c423faf22418926540900cd1187048b3	10,00	R\$ 389,20
21080319	PORTARIA NA 10687.rtf	00fc338ec8ad10e7c67f4f049e84c96b	14,00	R\$ 544,88
21080320	PORTARIA NA 10688.rtf	f87cb3c123e016f4dfc4f933a36de4c1	9,00	R\$ 350,28
21080321	PORTARIA NA 10717.rtf	1a7434d8b27084d074168bff40248cc9	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			79,00	R\$ 3.074,68



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2023 | Edição: 205 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.688, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição do parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes no processo 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/COJ, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962, por 5 anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE RADIOFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1, em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é regida e disciplinada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Estado, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Id solicitação: 57dbac2290a0d

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia: DIVISA FM, RIVIERA FM, TRANSAMERICA DE BOM SUCESSO FM 100,3	
Telefone: (31) 0000-0000	E-mail: sgrabelo@uai.com.br
CNPJ: 02.327.622/0001-54	Número do Fistel: 50408405600
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 22/03/2012	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/01/2029	
Observações: SSC63/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Comendador Paulo Ferreira	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 168	
Município: Campanha	UF: MG	CEP: 37400000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Fazenda Veredinha	Complemento:	
Bairro: Zona Rural	Numero: s/n	
Município: Lagoa Grande	UF: MG	CEP: 38755000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Joaquim Limiro,	Complemento:	
Bairro: centro	Numero: 125	
Município: Lagoa Grande	UF: MG	CEP: 38755000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lagoa Grande	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 268	Frequência: 101.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.1286kW
HCI: 53.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



23/16/10-15 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Informações Gerais	
Número da Estação: 1012819415	Número Indicativo: ZYE986
Data Último Licenciamento: 13/06/2022	Número da Licença: 53500.050916/2022-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 17° 51' 20.02" S	Longitude: 46° 30' 24.98" W	Cota da base: 593 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 010990800345	Modelo: TEC125
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.130 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF12-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 60.0 m	Atenuação: 2.18 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: PLD-FMBPC3	Fabricante: Polidesigne Industria e Comercio				
Ganho: 1.76 dBd	Beam-Tilt: 0°	Orientação NV: 0°	Polarização: Circular	HCI: 53.5 m	ERP Máxima: 0.13 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	5°: 0.54	10°: 0.54	15°: 0.54	20°: 0.54	25°: 0.54	30°: 0.54	35°: 0.63	40°: 0.54	45°: 0.54	50°: 0.54	55°: 0.54
60°: 0.63	65°: 0.54	70°: 0.54	75°: 0.54	80°: 0.54	85°: 0.63	90°: 0.63	95°: 0.63	100°: 0.63	105°: 0.63	110°: 0.63	115°: 0.63
120°: 0.63	125°: 0.63	130°: 0.63	135°: 0.72	140°: 0.82	145°: 0.82	150°: 0.82	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 0.92	170°: 1.01	175°: 1.01
180°: 1.01	185°: 1.01	190°: 1.01	195°: 1.01	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.92	215°: 0.72	220°: 0.72	225°: 0.63	230°: 0.63	235°: 0.54
240°: 0.54	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.26	260°: 0.26	265°: 0.26	270°: 0.09	275°: 0.09	280°: 0.09	285°: 0.09	290°: 0.09	295°: 0
300°: 0.09	305°: 0.09	310°: 0.09	315°: 0.09	320°: 0.09	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.26	340°: 0.26	345°: 0.45	350°: 0.45	355°: 0.54

Coordenadas por radial											
0°: Lat 17° 47' 53.72" S Lon 46° 30' 24.98" W	5°: Lat 17° 47' 54.5" S Lon 46° 30' 24.98" W	10°: Lat 17° 48' 1.52" S Lon 46° 29' 48.22" W	15°: Lat 17° 48' 0.75" S Lon 46° 29' 48.22" W	20°: Lat 17° 48' 6.15" S Lon 46° 29' 10.88" W	25°: Lat 17° 48' 13.04" S Lon 46° 8' 53.41" W	30°: Lat 17° 48' 21.35" S Lon 46° 8' 36.65" W	35°: Lat 17° 48' 34.9" S Lon 46° 28' 23.56" W	40°: Lat 17° 48' 41.97" S Lon 46° 28' 5.7" W	45°: Lat 17° 48' 54.12" S Lon 46° 7' 51.76" W	50°: Lat 17° 49' 7.39" S Lon 46° 7' 31.55" W	55°: Lat 17° 49' 24.39" S Lon 46° 7' 31.55" W
60°: Lat 17° 49' 41.58" S Lon 46° 7' 25.94" W	65°: Lat 17° 49' 56.81" S Lon 46° 7' 17.61" W	70°: Lat 17° 50' 14.3" S Lon 46° 27' 15.38" W	75°: Lat 17° 50' 30.28" S Lon 46° 7' 10.08" W	80°: Lat 17° 50' 47.46" S Lon 46° 7' 11.17" W	85°: Lat 17° 51' 3.25" S Lon 46° 46' 27.39" W	90°: Lat 17° 51' 19.99" S Lon 46° 7' 13.16" W	95°: Lat 17° 51' 35.49" S Lon 46° 7' 18.85" W	100°: Lat 17° 51' 50.88" S Lon 46° 7' 20.97" W	105°: Lat 17° 52' 3.57" S Lon 46° 27' 34.12" W	110°: Lat 17° 52' 15.96" S Lon 46° 7' 43.44" W	115°: Lat 17° 52' 17.13" S Lon 46° 8' 16.28" W
120°: Lat 17° 52' 8.62" S Lon 46° 28' 56.52" W	125°: Lat 17° 52' 10.34" S Lon 46° 46' 29' 9.47" W	130°: Lat 17° 52' 16.41" S Lon 46° 9' 14.37" W	135°: Lat 17° 52' 22.05" S Lon 46° 46' 29' 19.8" W	140°: Lat 17° 52' 27.22" S Lon 46° 9' 25.73" W	145°: Lat 17° 52' 31.88" S Lon 46° 9' 32.11" W	150°: Lat 17° 52' 36" S Lon 46° 9' 38.89" W	155°: Lat 17° 52' 39.53" S Lon 46° 9' 46.02" W	160°: Lat 17° 52' 42.46" S Lon 46° 9' 53.46" W	165°: Lat 17° 52' 44.76" S Lon 46° 46' 30' 1.12" W	170°: Lat 17° 52' 46.42" S Lon 46° 46' 30' 8.97" W	175°: Lat 17° 52' 47.42" S Lon 46° 0' 16.95" W
180°: Lat 17° 52' 47.75" S Lon 46° 0' 24.98" W	185°: Lat 17° 52' 47.42" S Lon 46° 0' 33.02" W	190°: Lat 17° 52' 46.42" S Lon 46° 0' 40.99" W	195°: Lat 17° 52' 58.5" S Lon 46° 30' 52.71" W	200°: Lat 17° 53' 18.11" S Lon 46° 1' 10.15" W	205°: Lat 17° 53' 31.11" S Lon 46° 1' 29.22" W	210°: Lat 17° 53' 33.49" S Lon 46° 1' 45.97" W	215°: Lat 17° 53' 30.15" S Lon 46° 46' 32' 0.74" W	220°: Lat 17° 53' 25.35" S Lon 46° 46' 32' 15.5" W	225°: Lat 17° 53' 19.05" S Lon 46° 2' 30.08" W	230°: Lat 17° 53' 8.22" S Lon 46° 32' 40.51" W	235°: Lat 17° 53' 2.01" S Lon 46° 32' 58.06" W
240°: Lat 17° 52' 51.29" S Lon 46° 3' 11.13" W	245°: Lat 17° 52' 39.16" S Lon 46° 3' 23.37" W	250°: Lat 17° 52' 24.06" S Lon 46° 3' 29.94" W	255°: Lat 17° 52' 10.93" S Lon 46° 3' 44.73" W	260°: Lat 17° 51' 54.99" S Lon 46° 3' 53.54" W	265°: Lat 17° 51' 37.55" S Lon 46° 3' 55.94" W	270°: Lat 17° 51' 19.98" S Lon 46° 46' 34' 6.7" W	275°: Lat 17° 51' 1.59" S Lon 46° 46' 34' 5.85" W	280°: Lat 17° 50' 43.34" S Lon 46° 46' 34' 3.32" W	285°: Lat 17° 50' 24.13" S Lon 46° 46' 34' 3.94" W	290°: Lat 17° 50' 6.18" S Lon 46° 33' 57.99" W	295°: Lat 17° 49' 46.79" S Lon 46° 3' 54.93" W
300°: Lat 17° 49' 29.72" S Lon 46° 46' 33' 45.6" W	305°: Lat 17° 49' 10.78" S Lon 46° 3' 38.81" W	310°: Lat 17° 48' 58.24" S Lon 46° 3' 22.43" W	315°: Lat 17° 48' 40.71" S Lon 46° 3' 12.29" W	320°: Lat 17° 48' 23.8" S Lon 46° 46' 33' 0.27" W	325°: Lat 17° 48' 7.7" S Lon 46° 2' 46.41" W	330°: Lat 17° 47' 56.7" S Lon 46° 32' 28.26" W	335°: Lat 17° 48' 0.14" S Lon 46° 46' 32' 2.87" W	340°: Lat 17° 47' 57.24" S Lon 46° 46' 31' 42.5" W	345°: Lat 17° 47' 51.58" S Lon 46° 1' 23.64" W	350°: Lat 17° 47' 52.18" S Lon 46° 46' 31' 3.47" W	355°: Lat 17° 47' 54.5" S Lon 46° 30' 43.87" W

Distância por radial											
0°: 6.4	5°: 6.4	10°: 6.2	15°: 6.4	20°: 6.4	25°: 6.4	30°: 6.4	35°: 6.2	40°: 6.4	45°: 6.4	50°: 6.4	55°: 6.2
60°: 6.1	65°: 6.1	70°: 5.9	75°: 5.9	80°: 5.8	85°: 5.9	90°: 5.6	95°: 5.5	100°: 5.5	105°: 5.2	110°: 5.1	115°: 4.2
120°: 3	125°: 2.7	130°: 2.7	135°: 2.7	140°: 2.7	145°: 2.7	150°: 2.7	155°: 2.7	160°: 2.7	165°: 2.7	170°: 2.7	175°: 2.7



180°: 2.7	185°: 2.7	190°: 2.7	195°: 3.1	200°: 3.9	205°: 4.5	210°: 4.8	215°: 4.9	220°: 5.1	225°: 5.2	230°: 5.2	235°: 5.5
240°: 5.6	245°: 5.8	250°: 5.8	255°: 6.1	260°: 6.2	265°: 6.2	270°: 6.5	275°: 6.5	280°: 6.5	285°: 6.7	290°: 6.7	295°: 6.8
300°: 6.8	305°: 7	310°: 6.8	315°: 7	320°: 7.1	325°: 7.3	330°: 7.3	335°: 6.8	340°: 6.7	345°: 6.7	350°: 6.5	355°: 6.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.13 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1015	Portaria	MC	23/12/2008	08/01/2009	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	744	Decreto Legislativo	CN	20/12/2010	21/12/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537100008212000	2211	Ato	ORLE	26/02/2014	06/03/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.031551/202 2-64	5524	Ato	ORLE	16/04/2022	26/04/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150062522022 35	10688	Portaria	MC	25/10/2023	27/10/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento											





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43380/2023/MCOM

Brasília, 30 de outubro de 2023

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 328 (11151134)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10688/2023/SEI-MCOM (11188008), encaminho a Vossa Exposição de Motivos 328 (11151134), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/10/2023, às 11:34 (horário Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11190563** e o código CRC **2918EEC3**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11190563

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.688, de 5 de outubro de 2023, publicada em 27 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32643/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.006252/2022-35.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 08/11/2023 às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o número de verificador **11197407** e o código CRC **D2091261**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11197407



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



À COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Assunto: Solicita renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Lagoa Grande/MG, para o período de 22/03/2022 a 22/03/2032.

A SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA., executante de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 02.327.622/0001-54, vem, respeitosamente, por sua advogada (procuração CADSEI), à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, requerer renovação de outorga para execução do serviço pelo período de 22/03/2022 a 22/03/2032, conforme documentação em anexo.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 14 de março de 2022.

CIBELE BORGES BARBOSA

OAB/DF 38.570



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**IDENTIFICAÇÃO****Nome da Pessoa Jurídica:** SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA.**CNPJ:** 02.327.622/0001-54**CEP da sede:** 35685-000**Endereço da sede:** Rua São Sebastião, nº 272, sala 03, Centro, Itatiaiuçu/MG.**E-mail de contato:** miracimachadoadv@gmail.com**Serviço a ser renovado:**☒ Radiodifusão sonora☒ em frequência modulada☐ em ondas curtas☐ em ondas médias☐ em ondas tropicais☐ Radiodifusão de sons e imagens**Período da renovação:**

22/03/2022 a 22/03/2032

Localidade da renovação:

Lagoa Grande

UF:

MG

FISTEL:

50408405600

Canal:

268

Eu, **MARIA JOSEFA GONÇALVES**, inscrito no CPF sob o nº 050.580.598-78, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:


Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Itatiaiucu/MG, 17 de fevereiro de 2022.



MARIA JOSEFA GONÇALVES

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 2



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou vii) passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.





Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **22/126.163-0**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120535375-0, CNPJ 02.327.622/0001-54, ATIVA, com sede na RUA SAO SEBASTIAO, 272, SALA 03, BAIRRO CENTRO, ITATIAIUCU/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:



Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONSTITUICAO/CONTRATO	13/01/1998	31205353750	20/12/1997
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	02/02/1998	1605483	21/01/1998
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	09/02/1998	1607093	05/02/1998
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	23/12/1998	1709801	19/12/1998
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	18/11/1999	1834801	08/01/1999
ALTERACAO RE-RATIFICACAO	24/05/2000	2426437	17/05/2000
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	22/08/2000	2464275	21/08/2000
EXTINCAO/DISTRATO	19/03/2002	2753533	22/10/2001
ALTERACAO RE-RATIFICACAO	15/12/2005	3439582	11/11/2005
ALTERACAO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	13/02/2015	5460190	07/11/2014
ALTERACAO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	01/09/2016	5832841	25/07/2016
ALTERACAO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	30/01/2017	6208225	06/12/2016
ALTERACAO SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	23/08/2017	6324388	08/08/2017
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	14/03/2018	6543773	22/02/2018
ALTERACAO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	14/12/2018	7098701	19/11/2018
ALTERACAO ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	28/01/2021	8331624	20/01/2020



Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
ALTERACAO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE	11/03/2021	8419538	05/03/2021

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 14 de Março de 2022.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

 **Ministério da Fazenda**
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF 

Número
050.580.598-78

Nome
MARIA JOSEFA GONCALVES

Nascimento
20/11/1961

CÓDIGO DE CONTROLE
6E20.ED1F.E2AA.049B



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:44:25 do dia 04/03/2021 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Solamie Rodrigues G. de Freitas
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

© AMERICAN BANK NOTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> / pg. 11

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL MG-15.567.231

DATA DE
EXPEDIÇÃO 18/11/2004

NOME IOLANNE RODRIGUES GONCALVES DE
FREITAS

FILIAÇÃO

PAULO VICENTE DE FREITAS
MARIA JOSEFA GONCALVES

NATURALIDADE

ITAJUNA-MG

DATA DE NASCIMENTO
30/9/1980

DOC. ORIGEM NASC. LV-83 FL-234

ITAJUNA-MG

CPF

PIR-1227

IV EST. MAÍLO DE ITAJUNA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AMERICAN BANK NOTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO
TERREIRO NACIONAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1762993330

LOPANTE RODRIGUES GONCALVES DE FREITAS

DOC. REGISTRO: 1040 J. N. S. II

MG

013 869.326-9

DATA NASCIMENTO: 30/09/1980

PAULO VICENTE DE FREITAS

MARIA JOSEFA GONCALVES

PERMISSÃO

AGE

CAVALAR

24/02/2024

21/01/2008



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ITAÚNA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.327.622/0001-54

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 17 de Fevereiro de 2022 às 16:13

ITAÚNA, 17 de Fevereiro de 2022 às 16:13

Código de Autenticação: 2202-1716-1346-0461-4768

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> / pg. 14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.327.622/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:51:39 do dia 17/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/08/2022.

Código de controle da certidão: **375A.C540.2DF2.6D4E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> / pg. 15

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.327.622/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/01/1998
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RIVIERA FM	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R SAO SEBASTIAO	NÚMERO 272	COMPLEMENTO SALA 03
--------------------------------------	----------------------	-------------------------------

CEP 35.685-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITATIAIUCU	UF MG
--------------------------	----------------------------------	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SGRABELO@UAI.COM.BR	TELEFONE (37) 3241-3705/ (37) 9982-4962
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/02/2022** às **11:11:49** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Petição (9502319)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 16

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
17/02/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
18/05/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002509964.01-92

CNPJ/CPF: 02.327.622/0001-54

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA SAO SEBASTIAO

NÚMERO: 272

COMPLEMENTO: SALA 03,

BAIRRO: CENTRO

CEP: 35685000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ITATIAIUCU

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2022000524702761



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Petição (9502323)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 17

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME CNPJ: 02327622000154

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Orgãos publicos

Renovação Outorga Comercial

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWYMFRTC1WVUMJF1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Itatiaiuçu (MG), 08 de Março de 2022



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 02.327.622/0001-54
Razão Social: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
Endereço: RUA SAO SEBASTIAO 272 SALA 03 / CENTRO / ITATIAIUCU / MG / 35685-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/02/2022 a 25/03/2022

Certificação Número: 2022022401154559348089

Informação obtida em 14/03/2022 13:17:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://www.autenticidade.gov.br/Peticão/9562326> / SER 55115.000232/2022-35 / pg. 19

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.327.622/0001-54
Certidão nº: 5769260/2022
Expedição: 17/02/2022, às 12:07:53
Validade: 16/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.327.622/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> / pg. 20

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



NOME/RAZÃO SOCIAL SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA				CNPJ 02327622000154	
Nº DA ESTAÇÃO 1012819415	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 17° 51' 20.02" S	LONGITUDE 46° 30' 24.98" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Fazenda Veredinha, nº s/n.				DISTRITO	
BAIRRO Zona Rural				MUNICÍPIO Lagoa Grande	UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 22/03/2022

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Lagoa Grande UF: MG

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 101.5 MHz CANAL: 268

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 593

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYE986

NOME FANTASIA: DIVISA FM, RIVIERA FM, TRANSAM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Lagoa Grande

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Joaquim Limiro, BAIRRO: centro

MUNICÍPIO: Lagoa Grande UF: MG

NUMERO: 125 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos MODELO: TEC125

CÓDIGO: 010990800345 POTÊNCIA: 0.130 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Polidesigne Industria e Comercio MODELO: PLD-FMBPC3

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA CIRCULAR V INVERTIDO CO

ALURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53.5 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS MODELO: LCF12-50J

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 24/02/2022 16:36:28



Emitido Em
13/02/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVlbmNhOjoyMDJyNjwOW1YmU5MmExNw==>



<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Petição (9502328)

SEI 55115-000252/2022-35 / pg. 21

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8 3 47 3 1									
!"#\$%&'(#\$#!)	*+,-	+-.//*	0- 0 1.*-0 2+-						
!"3\$&\$4(\$)	5 *-	1,6	0 5 0-	1,6	+0/-*,-0 -	70,	*.**0	1,	869
!;!<&!)	=98>	?					%@\$(:) A63128BC37D8D6		
EFG)	D9DHI8?J					K !L"#3(4!;) JM JH			
:(N"O4PQL()	-	R67S3 3					:(N":\$T\$) 41A632		
U\$"\$#"V&'L\$)	I9I8					W!LX(Y) 9 ? 03 78 7C8 *8863 1 161ZC[73 ,8 C23 3			
E\$L\$!L)	R67I678]V\$;"!4N!V^<(V)			
_!#!)					E\$!'L(\$"# \$"%4'\$Ya) R677b32				
c\$;d"_3) MI8I									
ef4!LX\$Ygl4)									
**H9IHh0*02.-0 -/+2 8I									

1618										*1 1	
J`L\$#PL) 0C3					81 3 86 R3C28 11661763					E N;! !&')	
i\$(LL) 1468										P !L) 8HM	
jP&(V^N() 3b3k3					O3)		,I		E%F)		9J

1618 8661b8 [73									
J`L\$#PL)	E N;! !&')								
i\$(LL)	P !L)								
jP&(V^N()	O3)	E%F)							

1618 8 +63786									
J`L\$#PL)	13m1 3	5161 7k3	E N;! !&')						
i\$(LL)	n83	0C632	P !L) I						
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I	E%F)	9M			

161884o 78R677b32									
J`L\$#PL) 0C3p83ZC7 277686					E N;! !&')				
i\$(LL) 1468									
jP&(V^N() 23A83 I63 1				O3)	,I	E%F)	9M		

1618 8 4o 78 -Cq72736									
J`L\$#PL)	E N;! !&')								
i\$(LL)	P !L)								
jP&(V^N()	O3)	E%F)							

8631 8 R238 7378

28327m38									
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I					

R36r1468 +s78									
E\$&\$;)	HM	3L!tPu&V(\$)	88D	,vm	E;\$44!)	%_F"jQT(\$)	D8MHwx		
yEz)	9D	F\$L!\$!&')	U!V\$;\$!)			3\$4!)	8		

8631 3 438



H8H Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

ANEXO Consultas ANATEL (10551797)

SER 53115:006252/2022-35 / pg. 22

74z=73 >86 63 732											
no"	29po"	29qno"	29rpo"	29sno"	29tpo"	29uno"	29vpo"	29wpo"	29xpo"	29ypo"	29zpo"
uno"	29apo"	29bno"	29cno"	29dno"	29eno"	29fno"	29gno"	29hno"	29ino"	29jpo"	29kpo"
qrno"	7 arpo"	%99sno"	%99tpo"	%99uno"	%99vpo"	%99wpo"	%99xpo"	%99ypo"	%99zpo"	%99apo"	%99bpo"



				!	!	"	"				

#\$43%&8 '()72736											
*63\$+7\$86 '()72736											
,-./012345/6789::1						<1.9=1 #>(7?3+148			&8 1@8463 8		
A7BC/D7::9						E1;F:D/72.92G69C7HI1			JK		

*63\$+7\$86 '()72736											
,-./012345/6789::1						<1.9=1 #>(7?3+148			&8 1@8463 8		
A7BC/D7::9						E1;F:D/72.92G69C7HI1			JK		

L7M3 1 *63\$+7\$86 '()72736											
<1.9=1						A7BC/D7::9					
,186C/89::12.72N/:O7 +				P;9:57HI1 QRSS+				E9C.7T2PD9TT-C/7T Q			
								U869.V:D/7 8M+\$			

'413										'()72736															
<1.9=1										A7BC/D7::9															
W7:O1		Q		X978YZ/=; [GC/9::7HI12]				[E1=7C/^7HI1				_U		+		3`E2<ab/87		S	
0cd																									
,-./012EU																									

ef86+3%g1\$ 8 8@(+148 1 h(486i3											
jk+	I68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@	chm	03n&8	8	c8@ j34(61n3
	S	I8643673	o		RRSS		SRRSS		h(486i3		p(6q 7@8

ef86+3%g1\$ 8 8@(+148 1 '768r3%&8 1 L8@37\$											
jk+	I68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@	chm	03n&8	8	c8@ j34(61n3

s7\$4567@8 1 c8@(+148\$ #+747 8\$											
jk+	I68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@	chm	03n&8	8	c8@ j34(61n3
		c1@6148 L1i7\$2347r8 j			SRRSS		RRSS		c127t16 8		j3@7832(6q 7@8
SSSSSSS		'48		h0L#	RSRS		S RSRS		'(4867n3 8	m\$8	1 *v@3@861>(u@73
SSRS w		'48		h0L#	RSRS		RSRS		'(4867n3 8	m\$8	1 *v@3@861>(u@73

s86x678 1 f@783+148											



1!101" 8 18"% # 5785 1 2108"% +8OB@98PBAB9:@Q8R@S>T@K	606	
48600 U:@8*=A8G	\$#!67V26 8W;8A8@9B	#

[illegible]

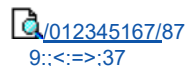
000000000000

iv | vk ih ilhl vlhv ¥¶ih



53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

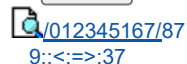

```
ZZZZZZZZZZi\deca  5 bZ\  \aca^Z i d^e|ce^~\we\  5
```

3303

/////?@AA/B
CDEF

G @A@HHGIAHI@A@H EJ/KALAA AMIAHI@A@H KALAA KALAA



NO13:87

ALAA

PQRSTUVWXYZVQUWZU[\]^_`~UaWZUbWSYcde

ALAA

PQRSTUVWXYZfbgVYRQcUWZU\|]^]^^\UaWZUbWSYcde

ALAA

hWiWjVSUVQUkSZlQUmYRnSopQ

/ECq/B/9/;<=>;37/67=/E>60527/r8=1;1235:31s7/tC7=/qu>137/vO2w>;21s7x
 /Eqq/B/9/;<=>;37/67=/E>60527/r8=1;1235:31s7/tv>=/qu>137/vO2w>;21s7x
 /EYc/B/9/;<=>;37/67=/E>2351<z7/y>=w75{51:/8>/C7[5];<;
 /Cq/E>s7/;87/B/qu>137/vO2w>;21s7/E>s7/;87
 /E~B/9/;<=>;37/67=/E>60527/~O8161:□
 /E ♠ B/9/;<=>;37/67=/E>60527/ ♠ >;>}.87
 / ♠ ♠ ♠ B/9/;<=>;37/67=/ ♠ :3:/8>/FO[16<z7/;7/ ♠ 1{517/ ♠ u161:□8:/ ♠ ;1z7
 /C ♠ B/9/;<=>;37/ ♠ ;265137/;7/Cr ♠ ♠ ♠
 / ♠ r/B/9/;<=>;37/ ♠ ;265137/;:/ ♠ ♠ s18:/r31s:
 /q/B/9/;<=>;37/;>=qY>6O<z7/~O8161:□
 /vq/B/vO2w>;2:/>Y 1}1[1018:8>/w75/u75<:/87/ >=/@MHIEDDCDIEDDCL/8
 / > ♠ /B/ > O□3:/8>/ ♠ u ♠ 617
 /9 ♠ B/9/;<=>;37/8>/ ♠ u ♠ 617
 /F/B/F:56>□=>;37 ≡/9/;<=>;37/F:56>□:87
 /Fr/B/F:56>□=>;37 ≡/F:56>□:
 / [8]D/B/[8]>=>u ♠ 617/D126:□

WiYcRbQSRqUUVWU UbWiYcRbQc



iYjSeUU


[


UU


UUU


UU


WinttU

/y>□:/🔗;161:□/ ///🔗=w51=15/ ///qYw753:5/qY6>□/

14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1\$2&*+2).-\$((&2. \$(\$ ()+(')\$ 2\$-(!(%

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c58273ed74a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

ANEXO Considerações ANATEL: 109551797 SEI 53119.006252/2022-35 / pg. 29

525

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DÍVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DÍVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Consulta/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

Anexo Consultas ANATEL (10351797)

SIGEC 33115:006252/2022-35 / pg. 30

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://integrais.anatel.gov.br/assinatura/legitimacao/103273ed4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Anexo Consultas ANATEL (103273ed4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 31

./0123.10.42536780.	.92536780.
---------------------	------------

...;=>?@AB::CD;=EFG;BHABI<@EHAHJKKK

[illegible]

qUVMOZPYMRWYzOzOWYPjPxYMRWYPoRWWOPQOUIYTXOUPPPPPPPPPrYXYZPc£wam¥w|;£PPPPPPPPPP\$OYZP;Z`mZ£m



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intolegalcontentstorage.southcentral.com/legal/content/4829562>

leg.br/autenticidade-assinatura.camara.leg.br/55273ed74

3E1-33115-000252/2022-35 / pg. 32

020

53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Sistemas Interativos

Menu Principal

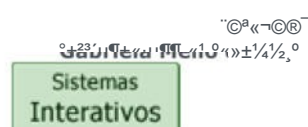
TPUVPXNRZRPQ_ZYN NOZ% PQSQ P=OPV%P

0123.10.42536780.9:3678012.

..;<=>?@ABC;<DE<>FGH<CIBCJ=AFIBIKLLL

MNOPQRSQTPUVWXYZ[.]^										
T_'.abcdefgdchfige										
jklm	Tj_noT_`	mjMpqrqm IT	Tj_n	Trstk	uYRv TPYZV	_rsMv kj	_rsMv _j	wmsxpykw	Mp_k z`	lzpTp_pk
{ } ~ □ □ { 9 / 9 { □ ~ } ^ 9 { Y ~	abcdefgdchfi ge	{ Y ~ □ □ □ { 9 ~ / { / { ^ { ~ } Y / ~	dhch dfhh / aaabi	4 2 b aa a aa a aa	^ □	ii	2 1 5 0			
		{ Y ~ □ □ □ { 9 ~ / { / { ^ { ~ } Y / ~	dhch dfhh / aaabi	4 2 b aa a aa a aa	^ □	ii	0 20. 051:			
		{ Y ~ □ □ □ { 9 ~ / { / { ^ { ~ } Y / ~	dhch dfhh / aaabi	4 2 b aa a aa a aa	^ □	ii	0 0 3 27 3			
		{ Y ~ □ □ □ { 9 ~ / { / { ^ { ~ } Y / ~	dhch dfhh / aaabi	4 2 b aa a aa a aa	^ □	ii	0 05 0			
		{ Y ~ □ □ □ { 9 ~ / { / { ^ { ~ } Y / ~	dhch dfhh / aaabi	4 2 b aa a aa a aa	^ □	ii	~ 782.9 2./24:			
		{ Y ~ □ □ □ { 9 ~ / { / { ^ { ~ } Y / ~	dhch dfhh / aaabi	4 2 b aa a aa a aa	^ □	ii	2 \ . 64:332			

zVW★NP[QZNSXZvPvPXZQQtZNSXZQISXXPQRPVQwZUYVPQQQQQQQQQqYZY[Q o;of;f QQQQQQQQQQpZ[QfjP



 Menu Principal ▼

~{z||} .^{3/4}/₄25367803. !: 0^{3/4}/₃TPUVPXNRZRPO ZYN NOZ;ÀPOSQ: p 58 p 58 p 0. #56..0Á610.

./0123.10.42536780.

.9:3678012.

..;=>?@ABC;<DE<>FGH<CIBCJ=AFIBIKLLL

MNOPQRSTPUVWXYZ[\]^_`											
T_`[.abacbdacbedfgd											
hijk	Th_lmT_`	khMnopok jT	Th_l	Tpqri	sYRt TPYZV	_pqMt ih	_pqMt _h	ukqvnwiu Mn_i x` jxhnTn_ni			
yz9{z } ~^z } } } } } } } } } } }	abacbdacbedfgd	~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf:82 z/y{ {~09z/9z	a	ff	ff	^y	ff y	j0=0.3 27=3	
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf:82 z/y{ {~09z/9z	a	ff	ff	^y	ff y	2=.~64:332	
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf:82 z/y{ {~09z/9z	a	ff	ff	^y	ff y	0=.05\ 0	
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf:82 z/y{ {~09z/9z	a	ff	ff	^y	ff y	z782.9=2./24:	
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf:82 z/y{ {~09z/9z	a	ff	ff	^y	ff y	2=1=5=0	
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf:82 z/y{ {~09z/9z	a	ff	ff	^y	ff y	0=20. =051:	
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf~4=2	bbaa a*aa a*aa	^y	ff y	2=1=5=0			
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf~4=2	bbaa a*aa a*aa	^y	ff y	0=20. =051:			
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf~4=2	bbaa a*aa a*aa	^y	ff y	j0=0.3 27=3			
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf~4=2	bbaa a*aa a*aa	^y	ff y	0=.05\ 0			
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf~4=2	bbaa a*aa a*aa	^y	ff y	z782.9=2./24:			
		~{~0yz {0zY} 0 ~0./ 9z/{(^Y~z} 0/z	<u>baacgc</u> ba	aaaaf~4=2	bbaa a*aa a*aa	^y	ff y	2=.~64:332			

xVW NPtQ Z NSXZt P t PXZ Q QrZ NSXZQ SXXPQRPVQuZUYPV QQQQQQQQQQoZYZ[Q:cm£am¥Yc QQQQQQQQQQ|P Z[Q #E\$jl



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intolegalcontent.asiatic.edu/leg/br/48295ed2>

https://infoleg.legislativa.gub.uy/consultas/ANATEL/10931797/3EI33115.006252/2022-35 / pg. 34

01234156789 9 7 41 9 9 861 066 846

061

01746 1 61 9 97861 6 9 16 46 9 9 1594 694 59476 3415979 781 !" 6 6

686#61 66 846\$

% 7&14261 1'49 1 31489 9 17 86 79 89 1234156789 (6 96466 391 1784'789\$

		*,-. /01234+5+*260723583.*290/	
125296*83:2108:2/3523,		+99823;<*=5012	
>?@ABCDEF>GHIJ KLMNLOMPLQKKRSTU V26*0W		18V,*872:6+35+30:91*0XY83+35+3906<2XY8 125296*2/	
>C@ADA@'BAGZBFZa 9096+V23062<+:9+35+3*2508504<9283/652			
[b]aCDECDAG[ZAaAHF@A>[CDc>C@ADEADdz>[ZGFZe *070+*234V		CB[A V+	
HIEFGCADEAGHBFJUCDEZDZ[FhFEZEADAHc>[FHZD'BF>HF'Za PKMRKSRSKK3S32jklmnmop3mo3qrmks			
HIEFGCADEAGHBFJUCDEZGDZ[FhFEZEAGDAHC>[FHZGDGAH]>EIBFZG .us3kvwsqxnmm			
HIEFGCADEAGHBFJUCDEZDZjBAYZDzBbEFHZ LKPSL3S39s[komnmo3+x]qoprqn3/kxkjnmn			
aCgZECJBC *392839+ 296028		>?@ABC LOL HC@'aA@A>[C 92/23KN	
HA' NTMP_TSKKK	VZFBBCJEFQJBF[C 1+*6*8	@]>Fhb'FC 0626020<1<	Jd V~
A>EABAI(CDAaA[B]>FHC 9~*2.+/8[<20M18VM.*		[AaAdC>A NO 3NLURSNOQTQ3 NO 3^*_LSU^PL	
A>[ADaAEABZ[FhCDBAG' C>GthAaDcAdBe			
GF[ZJCDHZEZG[BZa 26072		EZJZDEZDGF[ZJCDHZEZG[BZa KNQRRQLKKT	
@C[FhCDEADGF[ZJCDHZEZG[BZa			
GF[ZJCDAG'AHFZa		EZJZDEZDGF[ZJCDAG'AHFZa	

Z 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z [\] ^ _ ` a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z { | } ~ ¡ ¢ £ ¤ ¥ ¦ § ¨ © ª « ¬ ® ¯ ° ± ² ³ ´ µ ¶ · ¸ ¹ º » ¼ ½ ¾ ¿ À Á Â Ã Ä Å Æ Ç È É Ê Ë Ì Í Î Ï Ñ Ò Ó Ô Õ Ö × Ø Ù Ú Û Ü Ý Þ ß à á â ã ä å æ ç è é ê ë ì í î ï ð ñ ò ó ô õ ö ÷ ø ù ú û ü ý þ ÿ

! 0\$° §@%~"«² ³² ˆ0 'µ\$ ² ³² «@% 'µ\$ 0%³%« %ª

% !" 64699 6 6 5 86\$ 646 7&1426±9 1'49 3186 9 345669 9 1 96 \$

6 1 6 36 1 3646 1 0" 017 86 0" ² 868 86 64941 9451 0"



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Anexo Certificados (10551610)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 36

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

01234567947 1 13 2367 139

#\$%&%\$%'()*+)*7)+&(#*)+	!" , -./,-01.1 .2.32,42,50 46-2 389:-267573;
-------------------------------	--

4947 1 13 2367 13:9 ;1236726 7<73 7 13 107 7361171275 7=3317>4? 7:01=>;@1
3A426B

CDEFCDE&%DGHEIJHKJL/3,>4 .5M4106N. OPJLKQRJSTC V	"U 1 2367 1 V	V	V	V
--	------------------	---	---	---

CDEFCDE&%DGHEIJHKJL,4611,.3423,M0. M4106N. 2.53.,- OPJLKQRJSTC V	1 V	V	V	V
--	--------	---	---	---

=772W17XY3576Z73[\76\7X]1219 9733710016^7 1 A675141\774742 7 7
35_

.6 121 7`aFbcFdbda[3dbef&: 767g17 _73?57;

hN46-3

i,/=3,/,3

=73317\7331\77101=> 01234567301=> .3676?3673 =713 ZX1301=>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



\$%&'()*+,-.:/%012+&(+,%
,-.3456.7.\$/3

89;:<=>?@A BCDECFDGCCHBBBIJKL
MNO?@ RSRTUVWXSTWYZUZRU[X\W[S][S^YRW]X_T[W
P@;=NQA \YWXRW]XRUcWRTSW]XCFCXRW_WXBEXHXduZT\]XHXSTWTSWSYdYXHXVeXHXEKGfKJ
'9ab@A BBB

WXdgghigXUjklmnhjgX^opoqgrsXlkXtukXpgXgvqhwthxykXztoXr{oXjkl|oqoXkXWqvD
FsXpgX_ohXfDBEGsXpoXlXpoXnghkXpoXl}}BsXjoqvh|hjgXztosXlouvgXpgvgsXg
on~qougXgjhngXhpolvh|hjgpgXoljklvqgJuoXonXuhvtgxykXqo□trgqX~oqglvoXk
^tlpkXpoXegqglvhgXpkXTon~kXpoXRoq ‡ hjkXJX^eTRD

]X~qouolvoXdoqvh|hjgpkXlykXuoq ‡ hq ‡ XpoX~qk ‡ gXjklvqgXjkwqglxgXpo
ztghuztoqXp ‡ whvkuXqo|oqolvouXgXjklvqhwhthx ‡ ouXoHktXoljgq□kuXpo ‡ hpkus
pojkkqolvouXpguXkwqh□gx□ouXjknXkX^eTRD

🔗NQ=aNabACFHBKHCBCExgXCKHBGHCBCe

📍b<'Ÿ' = ƒ=;N>?@👉👈👉👈b<@A👉CBCEBKCFBEIf(CFCF)BEFE

Sl|kqngxykXkwvhpqXonXIEHBGHCBCExCB👉LG👉CF

WXtvhrh👉gxykXpouvoXdoqvh|hjgpkX~gggXkuX|hluX~qo ‡ huvkuXonX_ohXouvg
jklphjhklpggXgX ‡ oqh|hjgxykXpoXgtvolvhjhpgpoXlkXuhvoXpgXdghig👉

📄📄📄📄;N=📄N📄📄@📄📄📄<



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Anexo Centúses (10551610)

SEI 93115.006252/2022-35 / pg. 38

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



(!)'o!
)p!]#q!

0123456791 34515 4373243

!"#\$ %"#&

'()*+,-./++0***1234

'56789:;+<1==*<0+*+<

>?87@91-0*/0+*+-ABC+*4/33

DEF78E81*01+0+*+-21<*\$G:676:6E&87ECAG:6E8C8E8E6E

8CHE>?87@9,

'567I7GE2CJH

431K43L919151254754ML735NK324O1

M444P A7:CG576\$E&:'()CQ:;

RSTUSVTWSSXRRRYZA 9670793

G7:E87?F:6:]E:GEG7:EF8^85C5EQEF_7C6EC,

'567897678EGQEC:CE56C,/4+2<<-28E':CF78E@9

8EC#7C85EQEF_AEG5CG:6E8C?FEC#7C:C,'1+,44*0+*11

1-,4/.0+*1.A:6*10+*++8E'a)A8+18bE:758+*++,

IC8E8CG:C6E:6C8C6E'56789C985C?:CEQ7F78E88C

57QH:E7C85EQEF_,

GEC8?CCEbH5c87GEAE'56789E6C6EE?5CE5FE@9

E68CCCHCC6EQFG7:6CAEde:G7ECHI7F7E7C,

EG76E@98C6EG56789G:87G7:E2CB^57I7GE@98CHE

EH6:67G78E8:?56EF857QH:EFH?57585EQEF_:E

:65:6\$_66?00fff,6C6,bHC,Q5&,

'567897678Ed5E6H76E:6,

49M72Kg674Kh723931

]E:GEG7:EF8^85C5EQEF_7C6ECG:C6EC8E8C

:GCCi57CB78:67I7GE@98EC?CCEC:E6H5E7CbH5c87GEC

7:E87?F:6C?5E:6E)HC67@E85EQEF_JHE:6BCQ57dE@jC

C6EQFG78ECC:6:@EG:8:E6k57E65E:C76E8EbHfde8H

EG58CbH87G7E7C65EQEF_7C6ECA7:GFHC7^:G:G5::6EC

5GF_7:6C?5^78:G7i57CAE_:5i57CAEGHC6ECAE

FH:6CHE5GF_7:6C8657:E8CF7IH8G55:6C

8>GH@98EG58CI75E8C?5E:67:7C6m57(nQF7G8

5EQEF_A'7CC98':G7F7E@9(5m^7EH8E7C6c6HFCJHA?5

87C?C7@9FdEFAG:67^5I5@E>GH67^E,



n^78ECCHdC6jCG:86r6C6,bHC,Q5

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Anexo Certidões (10551610)

SEI 33115.000252/2022-35 / pg. 39

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



156789 86 69 5 6

012342

102 402421242102

!"#\$%&'()*+,-./01(12(-+3425-12(0+(0425-46*4781(0+(9781(0+(:;\$<#="(!>?"@(/+259(A1B9-A9,(95C(9
D-+2+/5+(0959,(/92(97E+2(+2D+AFG4A92(0+(!/A1-0959(H-+./54.9(I(J*2D+/24.9,(&9KL/A49(0+("BD-+2M-412,
J1A4+090+2("BD-+2M-4942,(N4A-1+BD-+292(+("BD-+292(0+(H+)*+/1(H1-5+,(#+A*D+-9781("O5-9P*04A49K,
#+A*D+-9781(Q*04A49K,(;R;(!'J\$;(+B(5-9B459781(A1/5-9S

:1B+S(J%J\$"N;(%\$;<:".J"(R"#;R%'R%&<J;')(@\$R;
!:HQS(TUVWUXVYUUITTTZ[]

75^ _`

9a(!+-54081(+OD+0409(3-95*459B+/5+(95-9.C2(09(4/5+/-+5,(/12(5+-B12(01(A9D*5(01(9-5V(bc(09(#+21K*781(ZUZIUI
01(!1/2+Kd1(:9A41/9K(0+(Q*25479e

6a(9(4/G1-B9781(01(/fB+-1(01(!H&! :HQ(C(0+(-+2D1/2964K4090+(01(21K4A459/5+(09(A+-54081,(2+/01(D+2)*429012
1(/1B+/(+1(!H&! :HQ(+O959B+/5+(A1B1(043459012e

Aa(91(0+254/95M-41(A96+(A1/G+-4-(1(/1B+/(+9(545*K9-4090+(01(/fB+-1(01(!H&! :HQ(4/G1-B901,(D10+/01
A1/G4-B9-(9(9*5+/54A4090+(09(!+-54081(/1(D1-59K(01(\$-46*/9K(0+(Q*25479(01("25901(0+(N4/92(g+-942
hd55DSIiiiV5PB3VP*2V6-a,(D+K1(D-9j1(0+(W(h5-L2a(B+2+2(9Dk2(9(2*9(+OD+04781e

0a(+259(!+-54081(4/AK*4(12(D-1A+2212(GF24A12(+(+K+5-l/4A12,(1/0+(d1*.-+(2401(4BDK9/5901(1(H-1A+221(Q*04A
"K+5-l/4A1([([HQ+,(1(J425+B9(!:Q(h"O[H-1P*04a(+1(J""<([J425+B9("K+5-l/4A1(0+("O+A*781(</4G4A909,(5+/01(9
B+2B9(.9K4090+(09(A+-54081(+B45409(04-+59B+/5+(/1(&k-*B(+96-9/3+(12(D-1A+2212(09(Q*25479(!1B*B,(01
Q*4j901("2D+A49K(+09(\$*-B9(#+A*-29K(9D+/92(09(A1B9-A9(D+2)*42909,(A1B(+OA+781(01(J""<,(A*P1(2425+B9
*/4G4A901(96-9/3+(51092(92(A1B9-A92(01("25901e

+a(;(D-+2+/5+(A+-54081(/81(G9j(-+G+-L/A49(9(D+-F101(0+(9/12,(*B9(.+j())*(21B+/5+(2+(-+G+-+(m(+O425L/A49(0+
G+4512(P*04A492(+B(9/09B+/51(hD-1A+2212(954.12a(A1/5-9(1(/1B+(D+2)*42901,(A1/G1-B+(H-1.4B+/51(W\IUTZb(c
!1--+3+01-49(g+-9K(0+(Q*25479V

;(D-+2+/5+(A+-54081(:n'("o!@<% (9(D122464K4090+(09(+O425L/A49(0+(1*5-92(97E+2(0+(/95*-+j9(04.-+29(09)*+K92
9)*4(B+/A41/9092V

!+-54081(21K4A45909(+B(ZW(0+(Q*/d1(0+(UTUW(m2(UTS\W

%;\$;w::,(ZW(0+(Q*/d1(0+(UTUW(m2(UTS\W

r 6s 2896t u`

UWTY[ZWUT[Wb[TYvU[XIZY

H9-9(.9K409-(+259(A+-54081,(9A+22+(1(2F541(01(\$QNg(hiiiV5PB3VP*2V6-a(+B(!+-54081(Q*04A49K!;<\$":\$%!%R;R"(!"#\$%Rn'
!;<\$":\$%!;pn'(U(4/G1-B9/01(1(Ak0431V

;\$":pn'S(R1A*B+/51(A1BD1251(0+(Z(G1Kd92h2aV(R1A*B+/51(+B45401(D1-(D-1A+229B+/51(+K+5-l/4A1V(q*9K)*+-
+B+/09(1*(-92*-9(3+-9(2*9(4/.9K4090+(+2+-M(A1/240+-909(A1B1(4/0FA41(0+(D122F.+K(90*K5+-9781(1*(5+/5954.9
!+(G-9*0+V



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Z 0+ Z

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c58273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Anexo-Certidões (10551610)

SEI 93115.006252/2022-35 / pg. 40

273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



01213456179 29
36
2

6419 72 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473 9 6 13 \$9%!19
41! 9 #21 7

&
2'(3134 0 14 #2 23 9 6 91791#3 7"49
2)(*+,-+.,/++0***123

45667897.;&;<=5<>;&:5&7&?7@5A:7&B7C<;A78&C;D=7=&5&<A6C=595=&EF7<6EF5=&:G9<:76&:5
=56H;A67D<8<:7:5&.;&6FI5<>;&H766<9;&7C<J7&<:5A><K<C7.;&EF5&9<5=5J&7&65=&7HF=7:76L&M&C5=><K<C7
AN;&C;A6>7J&H5A:OAC<76&5J&65F&A;J5L&=587><976&7&C=M:<>;6&>=<DF>P=<;6&7:J<A<6>=7.;6&H587&Q5C
:7&45C5<>7&?5:5=78&.;&R=76<8&S4?RT&5&7&<A6C=<UV56&5J&WG9<:7&X><97&:7&YA<N;&SWXYT&IFA>;&Z
[=;CF=7.;=<7]5=78&:7&?7@5A:7&B7C<;A78&S[]?BT^

_6>7&C5=><:N;&M&9P8<:7&H7=7&;&56>7D585C<J5A>;&J7>=<@&5&6F76&K<8<7<6&5L&A;&C76;&:5&5A>5&K5:5
>;:6&;6&`=aN;6&5&KFA::6&HbD8<C;6&:7&7:J<A<6>=7UN;&:=<5>7&7&585&9<ACF87.;6^&45K5=5\65&Z&6<>F7UN
6FI5<>;&H766<9;&A;&cJD<>;&:7&4?R&5&:7&[]?B&5&7D=7Aa5&<AC8F6<95&76&C;A>=<DF<UV56&6;C<7<6&H=59
A76&78GA576&d7d&7&d:d&;&H7=Pa=7K;&bA<C;&:;&7=80&be&L7&5&8&A:5&IF8j;&:5&ekke^

X&7C5<>7UN;&:56>7&C5=><:N;&56>P&C;A:<C<;A7:7&Z&95=<K<C7UN;&:5&6F7&7F>5A><C<:7:5&A7&IA>5=A5>L
5A:5=5U;6&mj>>Hnoo=KD^a;9^D=p&;F&mj>>Hnooqqq^HaKA^a;9^D=p^

r5=><:N;&5J<><:7&a=7>F<>7J5A>5&C;J&D765&A7&[;=>7=<7&r;AIFA>7&4?Re]9B&A:5&hoeuohuei^
_J<><:7&Z6&huntnit&:;&:<7&evouwohuhv&mj;=7&5&:7>7&:5&R=76G8<7p^
xP8<:7&7>M&euoeohohuhv^
r`:<a;&:5&C;A>=;85&:7&C5=><:N;n&9-*2,y19,9*/.22.
zF78EF5=&=76F=7&;F&5J5A:7&<A978<:7=P&56>5&.;CFJ5A>;^



.,<=,>?= @?AB;A,:>?BCAB;AD?E;FB?AB;AG@F?:AH;=?@:

WXYZ[\]Z

^`abcdefphqbcfhari
jjlmslomok

teg_lteg_f_gu`_vh`bhqifvbva_ghfbahwt_tv_fc_f`hcbebxwvhfegach

vbawhydeifh

t'Y'g_`eifo□o

^ uifkzn ~~z~~ zmmm

wxifg [illegible][illegible][illegible][illegible]

c_v^`byte

[illegible]
$$\wedge \cdot \text{cb} \otimes \text{efc} \text{ f}^\wedge \text{eta} \text{ `eq fc f}^\wedge \text{ `abcdefghijklmnopkmnnznoozkmm}$$


Data de Envio:

13/06/2023 21:04:40

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.006252/2022-35

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8572/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagoa Grande/MG, referente ao seguinte período: 22/03/2022 a 22/03/2032.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.2. prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 13/06/2023, às 21:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 8572 (10951616)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 44

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10951816** e o código CRC **B02CFD82**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10951816



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 8572 (10951816)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 45

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 16012/2023/MCOM

Brasília, 13 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.327.622/0001-54)
R. São Sebastião, 272, Sala 3 - Bairro Centro
35.685-000 - Itatiaiuçú/MG

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.006252/2022-35.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8572/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Ofício 16012 (10951617)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 46

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 13/06/2023, às 21:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10951817** e o código CRC **9F6E8BE2**.

Anexos:

- Nota Técnica 8572 (10951816)

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10951817



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Data de Envio:

14/06/2023 09:47:08

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

SGRABELO@UAI.COM.BR
sei@sistemaplug.com.br
sistemaplugsei@gmail.com
edio@ea.adv.br
adalzira@ea.adv.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 53115.006252/2022-35

INTERESSADA: 53115.006252/2022-35

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10951817.html
Nota_Tecnica_10951816.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

[Relatório](#)[Consultar](#)[Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

02.327.622/0001-54

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA	02.327.622/0001-54	SGRABELO@UAI.COM.BR, sei@sistemaplug.com.br, sistemadalzira@ea.adv.br

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1015 , DE 23 DE ~~DEZEMBRO~~ DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000821/2000, Concorrência nº 068/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HELIO COSTA





Art. 60. O caput do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para a definição dos beneficiários do PMCMV, devem ser respeitadas, além das faixas de renda vigentes na data da solicitação dos benefícios, as políticas estaduais e municipais de atendimento habitacional, priorizando-se, entre os critérios adotados, o tempo de residência ou de trabalho do candidato no Município e a adequação ambiental e urbanística dos projetos apresentados."

Art. 61. (VETADO)

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. O disposto no Capítulo I desta Lei aplicar-se-á aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015, ressalvados os dispositivos previstos na Seção IV do mesmo Capítulo.

Art. 63. Ficam revogados:

I - o inciso V do caput e o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

II - os arts. 63 a 70 e o § 2º do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

III - o inciso VI do art. 36 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

IV - (VETADO); e

V - o art. 39 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson Machado
Paulo Bernardo Silva
Paulo Sérgio Oliveira Passos
Miguel Jorge
Sérgio Machado Rezende
Orlando Silva de Jesus Júnior

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 742, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à WEB COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009, que outorga permissão à Web Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 743, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DE INIMUTABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inimutaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inimutaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 744, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 745, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ABATIAENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abatiã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 885, de 19 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Abatiaense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abatiã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 746, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à MORIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florai, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 66, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Moria FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florai, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 747, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BRASIL SUL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Rádio Brasil Sul FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 748, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CORUPÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.053, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Corupá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 749, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PALMA SOLA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 208, de 22 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 750, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNAPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.041, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à As-

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010122100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a

02.327.622/0001-54

FM - Alto Rio Doce/MG
- Campanha/MG
- Idônia/MG
- Lagoa Grande/MG



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Anexo Atos de Renovação (1099435)

SEI 33115.006252/2022-35 / pg. 52

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O SISTEMA
ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA
EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA
LOCALIDADE DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE
MINAS GERAIS.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do
ano dois mil e 2012, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações,
Paulo Bernardo Silva, e o SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., CNPJ nº
02.327.622/0001-54, representada por seu gerente, Paulo Vicente de Freitas, RG nº M-
271.921 – SSP/MG, CPF/MF nº 774.317.316-04, assinam o presente Contrato de Adesão de
Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº
1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de
2009, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 20 de dezembro de 2010, publicado no
Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2010, para explorar o serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais,
regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes
e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., o direito
de explorar, sem exclusividade, na localidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais, o
serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e
culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas
neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da
Concorrência nº 068/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga
apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará
em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20
(vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a
montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do
extrato deste contrato no Diário Oficial da União.



- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;



- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;



- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.



Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária

Testemunha

Testemunha



1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"\$%&'()*+,-./										
%012,34564758449333;<=>?>@AB"?BC0@0>@@"D@"EBD?FD?GC>BF"HDB										
0FA@	%012!%1G	@0?DBD@A%	%012	%BEJF	K*#L%!*+'	1BELF0	1BEL10	>@EM?NF>	?1F CG	AC0?%?1?F
OPQR--OS TP1TOUVSW UP-XRQYSW 1SZTSO[RW	1.65\8\5648; 1	WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	c4dW86e554
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	.2f2`5_g49`5
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	2dg27h2
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	R9 4T`4146e
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	/4f3i7`2
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:=<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	Q2j42Uf273e
^RTOR /PWSZR UP-XRQYSW	3<35<\35<1; 7	WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	Q2j42Uf273e
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	/4f3i7`2
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	R9 4T`4146e
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	W_6`4	:<<33 3a33b 3a33b			Z^	:: ^U	2dg27h2
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U	.2f2`5_g49`5
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U	c4dW86e554
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U	2dg27h2
		WOW[S^R O[RV-S-WS1S TR1OP1OZVWRP Q[1R	34564758449333;<=	1`fe 4f kR1^O-OW[TR1PTR	3	::	::	Z^	:: ^U	R9 4T`4146e



010234512578380393 59191705 295											
843	8	38219593 4	8	5		5 2 8	5 2 8	03 10 21 7 478111			
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	%567896 :!% #&!%'&!;	*	22	22	(22 <		=96>?@5A
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	%567896 :!% #&!%'&!;	*	22	22	(22 <)AB9A\$<6A@>7	
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	CD59	133** *E**F *E**F			(22 <	GA6A5HC19J5H	
		! !""##\$% &!%'%("')%!	<u>*+,-+./++0***12</u> 34	CD59	133** *E**F *E**F			(22 <	K9L\$MD7HH9	

7NOPQRSPTUVSWPTXQYZZPPZQP9R[]^[]_`PR[aR\bRlc



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

1234532647589 2	589 234
-----------------	---------

!"#\$%&'()*+,-./0											
&12-345678965:8;97											
<=>?	&<1@A&12	?<BCDC?>&	&<1@	&DEF=	G+\$H&"+,(1DEH=<	1DEH1<	I?EJBK=I B1=	L2>L<	B&B1B=	
MNOPQQMR N1MSTRU SNQVPOWRU1R 0RMXPU	345678965:8 97	UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	<u>R:65:Z68::[3334:]</u> V	U^6_4 4J\33 3'33a 3'33a				0Y	:: YS	.2bc27d2	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	<u>R:65:Z68::[3334:]</u> V	U^6_4 4J\33 3'33a 3'33a				0Y	:: YS	e4f3g7_2	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	<u>R:65:Z68::[3334:]</u> V	U^6_4 4J\33 3'33a 3'33a				0Y	:: YS	O2h42Sf273	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	<u>R:65:Z68::[3334:]</u> V	U^6_4 4J\33 3'33a 3'33a				0Y	:: YS	/2f2_5^c49_5	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	<u>R:65:Z68::[3334:]</u> V	U^6_4 4J\33 3'33a 3'33a				0Y	:: YS	i4bU86554	
		UMUXRYP MXPTQRQUR1 P1MN1M0TUPN OX1P	<u>R:65:Z68::[3334:]</u> V	U^6_4 4J\33 3'33a 3'33a				0Y	:: YS	P9 4_4146	

L()jk "-#l,k*,mHnl#o#&,k*,#2,p ,'%\$,#&"(+,#2%kk% k,#####C,+,#qrAstAgsqu#####v"k,-#qw-rx-yz

589 234

!"#\$%&'()*+,-./0											
&12-34354635476896											
;<=	&:1>?&12	=:@ABA=<&	&:1>	&BCD;	E+\$F &"+,(<	1BCF ::	1BCF 1:	G=CH@I;G @1; J2 <J:@&@1@;			
KLML NOPQOL ROSTLUVQP	34354635476896	PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR /2`2_5cd49_5		
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR e4fP86554		
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR .2fd27g2		
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR L9 4_4146		
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR N4`3h7_2		
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	1_`4` aL1KMSMPWL1OLb	3	88	88	OK	88 KR U242R`273		
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	Pc6_4	J4433 3j33k 3j33k	OK	88 KR .2fd27g2				
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	Pc6_4	J4433 3j33k 3j33k	OK	88 KR N4`3h7_2				
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	Pc6_4	J4433 3j33k 3j33k	OK	88 KR U242R`273				
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	Pc6_4	J4433 3j33k 3j33k	OK	88 KR /2`2_5cd49_5				
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	Pc6_4	J4433 3j33k 3j33k	OK	88 KR e4fP86554				
		PMPWQKL MWLXSQSPQ1 L1MO1M0XPLO UW1L	QY5ZY95IYY13338 4^	Pc6_4	J4433 3j33k 3j33k	OK	88 KR L9 4_4146				

J()lm "-#n,m*,oFpn#g#&,m*,#2,r,'%#\$,&#"(+,#2%mm% m,#####A,+,-#st?uv?susw#####x"m,-#sy-zu-ss



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



Menu Principal ▼

p q r s t t 47589 25uCD2B\$ t # () # + ! % - % # \$ 3 - l , ! j ! " - v w # \$ & \$ ' # M " #) ! v w # | B7 CD7C CB2 | EC78 2x832

1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"#\$%&\$'#()*+,-./01
'234.5678697:66;555<=>?

7

/@4A4BC7647 D2343234564EC552B7A4DE2F@4
--

G)*HI!#.\$J-I+-KLMJ\$N\$'-I+-\$O-P!-(&\$%- '\$#),-\$O&II&!-\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$Q,-.\$RSTUVTRURW\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$X#!-.\$RY.ZY.SR

\$

\$



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

0123456797 43407 1143751134515437 51
210143 5 44 325 9131

4 31 431 151254754 735

09

!"#\$

%%%%%%%%%&'()*+,-%-%./'0-%,'%)%1234561%41567418%9%:;8:57<=4651>?:@%A%1B)0**%.B(C/'+'%'C-D)/%)(
,E+.,)(%FG%'+'BH)|%)(/'%)JG/),)(K%C'/0.L.C-K%J)/%)-(%L.B(%,'%./'0-K%FG'K%I)B.),-%/'+'%-(%/'M.(0/-(%,
1B)0*K%+/'L.C-GN('%):O6@;34561%,',PD.0-Q(R%C-I%/'CG/(-%C-I%'L'.0-%(G(J'B(.+-%'S-G%TG,.C.)*K%'S-G
J)/C*),-(U

%%%%%%%%%:(0)%C'/0.,V-%/'L/'N('%WC*G(.+)'I'B0%X%(0G)YV-%,-%C-B0/.DG.B0%B-%ZID.0-%,'(0)%M[BC.)K%BV-
C-B(0.0G.B.-K%J-/-%C-B('MG.B0'K%J/-+)%%,B'W.(0[BC.)%,',PD.0-(%B(C/0-(%I%'9E+.,)%10.+)%%,)=B.V-K
,I.B.(0/,-(%J*)%V-CG/),-./)%2')*(%,)%])^B,)%4)C.-B)*U

%%%%%%%%%:I.0.,)%X(%`_`ab_ac`%,-%,.)%_dSefS_e_c%QH-/)%'%),0)%%,%g/)(E*).RU

%%%%%%%%%hi*.,)%0P%_cSejS_e_cU

%%%%%%%%%5'/0.,V-%'WJ',..)%M/0G.0)'I'B0'U





0123456736896 583 85657434
3496 534836336743673566
3496 583 443 8

!"\$%&'(#)*+,-./:;=>?@AB>B;>5C>5D@C<EC<FA;@E5G=C@

+##,-#/,01,.0.2.3!4!1/1

5677478386367

9 # :(*)#)!;<=>?@5<=@AB>B;>5C>5D@C<EC<FA;@E5G=C@

9H %IJ:K! LMNMONMLPMM

IQ'R! STU5V5DWXYZXY[|^Z5;Z_Z`W5ab5F`acld_eYW5?ZXlfWXW

"9gh,"g%! MijikPiiMMILN

I*m#Rn! B^Z5Yea_eYWXW

+## o#\$)#)!SSpUTpSUSS

⊕ "q+9!B^Z

(r') %sIJ!

+## (tr' u#Rn "r'#\$!

+Qv q*Q#!B^Z

J' smw!

<_xay`Wf

⊕ s%!?z

grv "#mr')#)!B^Z

:(jv I)!D\W5{Zba_XWXZ`5|WfZ5Fa``aY`W5}~⊖

‡ #! {a_x`Z

‡ m('rt! {Wb ‡ W_ ‡ W

":g! T ⚡ ⚡ UUUUUU

s%! ?z

:(jv "v!

‡ #!

‡ m('rt!

":g!

s%!

"Y")* (r* ("q+9

B^Z5> ‡ Y|xab5{ ‡ XYxZ|5Y_je`YxZ|5_Z5{C<B5 ‡ W`W5a|xa5B ‡ ba`Z5Xa5FY|xaf

~r'##	.*v, g#rv	q(+## o(r'(*	o#\$ u'⚡(#\$	+##) g#⚡#(*	o#\$ g#⚡	o#\$ s**\$~#)	I = v I*m#Rn	o#\$ +Y'&'*, "Y")* ⚡ ⚡ ⚡ ⚡
55555~⊖TU	U	SU}S }~pUTpSU}S	D=5⚡ ‡ ⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S	⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S	⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S	⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S	⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S	⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S	⚡ ⊖ UU }~pUTpSU}S
55555~⊖TU	U	SU}T SSpUTpSU}T	D=5⚡ ‡ ⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T	⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T	⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T	⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T	⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T	⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T	⚡ ⊖ UU S}pUTpSU}T
55555 ⚡ S ⚡ 5V5 CAD U	SU} ⚡ U⚡p}SpSU} ⚡	D=5}~⊖ ⊖ UU U⊖pUSpSU}⊖ }⚡ ⚡ ⊖ U⚡ }⚡ ⚡ ⊖ U⚡ UUUU ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555 ⊖ ~5V5=F< }	SUS} }⚡p}pSUS}	D=5} \ UUU⊖ UU }UpU}pSUS\$ \ }⚡ ⊖ ⊖ ⚡ }⚡ ⊖ ⊖ ⚡ UUU ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555}TS⚡5V5=FF }	SUSS TjpUTpSUSS	D=5TTU⊖ UU SSpUTpSUSS TTU⊖ UU TTU⊖ UU UUU⊖ ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555 ⚡ SUU5V5(FD }	SUSS TjpUTpSUSS	D=5⊖ UU⊖ UU SSpUTpSUSS ⊖ UU⊖ UU ⊖ UU⊖ UU UUU~ ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555 ⚡ S ⚡ 5V5 CAD }	SUSS }TpU⊖pSUSS	D=5S⊖ U⊖ ⚡ U }⚡ pU ⚡ pSUS⊖ U⊖ ⚡ U S⊖ U⊖ ⚡ U UUU ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555 ⊖ ~5V5=F< }	SUSS }⚡pU ⚡ pSUSS	D=5} \ UUU⊖ UU }UpU~pSUS\$ UUU⊖ UU } UUU⊖ UU UUU⊖ ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555}TS⚡5V5=FF }	SUST TjpUTpSUST	D=5TTU⊖ UU U ⚡ pUTpSUSTTTU⊖ UU TTU⊖ UU UUU⚡ ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						
55555 ⚡ SUU5V5(FD }	SUST TjpUTpSUST	D=5⊖ UU⊖ UU U ⚡ pUTpSUST ⊖ UU⊖ UU ⊖ UU⊖ UU UUU ⚡ \YxWXZ	U⊖ UU						

J*#\$)Q') ./,01,.0.2 ⚡ #! ⚡!

J*#\$)rY")* ./,01,.0.2 ⚡ #! ⚡!

K⚡()#) "# I*m#Rn

5D{>5V5GW_★Wba_xZ5eZb5Dae\}Z5@XbY_Y]x`WxY⚡Z5;{Zb5>[aYxZ5;|] ‡ a_]Y⚡Z
5D{>5V5GW_★Wba_xZ5eZb5Dae\}Z5@XbY_Y]x`WxY⚡Z5;ab5>[aYxZ5;|] ‡ a_]Y⚡Z
5D={5V5GW_★Wba_xZ5eZb5Da}x`Y★^Z5=ab ‡ Z`Y`YW5Xa5{Z`W_★W
5{>5Da⚡ZyWXZ5V5>[aYxZ5;|] ‡ a_]Y⚡Z5Da⚡ZyWXZ
5D 5V5GW_★Wba_xZ5eZb5Dae\}Z5 \XYeYWf
5DB5V5GW_★Wba_xZ5eZb5Dae\}Z5Ca_ayWXZ
5CEA5V5GW_★Wba_xZ5eZb5CWxW5Xa5\}fYeW★^Z5_Z5CY`YZ5E[YeYWf5XW5A_Y^Z
5{C5V5GW_★Wba_xZ5<_je`YxZ5_Z5{C<B
5C@5V5GW_★Wba_xZ5<_je`YxZ5_W5C⚡YXW5@xY⚡W
5>5V5GW_★Wba_xZ5ab5> ‡ ae\★^Z5 \XYeYWf
5>5V5;|] ‡ a_]W5W5a ‡ YyY YfYXWx5 ‡ Z`5[Z`★W5XZ5?ab5S ⚡ TpDFF{FpDFF{⚡5Xa5U⊖U⊖pSUU ⚡ ⚡5Cae`axZ5_5⊖ \ SSUpSUU ⚡5a5CaeY|Z5{C5
5?E5V5?fxW5Xa5E[⚡eYZ
5GE5V5GW_★Wba_xZ5Xa5E[⚡eYZ
5{5V5|W`eafWba_xZ55GW_★Wba_xZ5|W`eafWXZ
5|@5V5|W`eafWba_xZ55|W`eafW
5£F5V5£a_a[⚡eYZ5FY]eWf



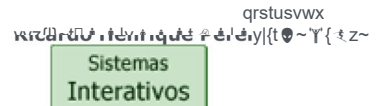
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Anexo Anatel (11027346)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 65

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Menu Principal ▼

55f

555).-(DEFGHI I JFMJLMNMGOKL,8)\$ \$ \$(|). (h.1(

456789.;<=>?9;<@?<A?B?C.;

DEF	GHI	JFK	LMNM	GOKP	QIJR	FMSO	GTGN	KFI	LMNMGOK
051U	UUUU								(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+&)('\$
0553	UUUZ								(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+&)('\$ \$(Y[]) &+)+&(1(
0550	UU50								(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+&)('\$ (\$\-&\$
0551	U551								(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+&)('\$ \$(Y[]) &+)+&(1((\$\-&\$
0993	U993								.\$(j&\$()(&-1(-+ '.)&+[Y[
0990	U990								.\$(% +.'%&)'\$ (*.-(')\$ 1]
0991	U991								.\$(% +.'%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y (\$\-&\$^(&-&
0999	U999								.\$(%)_(Y `)(\$- .\$ *1
0943	U943								.\$(%)_(Y ` '(1&\$&_&+(Y a' - *(Y
0443	U443								.\$(%)_(Y `*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_.
0440	U440								.\$(%)_(Y `*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_ .')&\$b&(&
0444	U444								.\$()\$(\$.-% +.'%&)'\$ 1 1&\$(-c
0333	UU39								.\$()\$(\$.-' .\$ &X(Y
0333	U033								.\$()\$(\$.-' .\$ *1
0323	U323								.\$(%)_(Y (
0Z03	UZ03								+.'%&)'\$ 1]0
0Z13	UZ13								+.'%&)'\$ 1(*.-(Y 1)\$+)V
0Z53	UZ53								+.'%&)'\$ 1(*.-(Y 1.'Y
0Zd3	UZd3								+.'%&)'\$ 1(1'(&,&*(Y[10.-&1(1
0Z93	UZ93								.\$(% +.'%&)'\$)\$(\$Y 1 (\$\-&\$
0Z90	UZ90								.\$(% +.'%&)'\$)\$(\$Y 1 (\$\-&\$
0Z91	UZ91								.\$(% +.'%&)'\$ (*.-(')\$, &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$\-&\$
0Z95	UZ95								.\$(% +.'%&)'\$ `*&-(Y 1e% &)\$.(
0Z9d	UZ9d								.\$(% +.'%&)'\$ 11&1((.\$-(
0Z99	UZ99								.\$(+)\$1(&*(Y[1]f
0Z94	UZ94								.\$(+)\$1(&*(Y[1 Wf
0Z93	UZ93								.\$(% +.'%&)'\$ (*.-(')\$ 1 W
0Z9Z	UZ9Z								.\$(% +.'%&)'\$ (*.-(')\$,g(+(&
0Z9U	UZ9U								.\$(%)h.iX ` '%&\$Y
0ZZ3	UZZ3)&\$ (')\$ 1 W
0ZZ0	UZZ0								.\$(% +.'%&)'\$ 1,&*(Y 1&\$(-_j)&+(
0ZZ9	UZZ9								.\$(% (&_(Y)+ \$(
0ZZ4	UZZ4								.\$(%)(_)'Y[]\$(1(%-()+&)b&(&())1 (h.\$1(&_(
0ZZ3	UZZ3								.\$(% *.-(&1(1)(' +&(-&X(Y 1 W
0ZZU	UZZU								.\$(%)_Y[]&+((1& 1&_ . .\$ *1(
0ZU3	U991								.\$(% +.'%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y -(\$& ` V%- (Y 1 (\$\-&\$
0ZU0	UU39								.\$(% +.'%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y 1(1& _k.l)+&(&
0U93	UU93								e f
130Z	U30Z								.\$(j&\$()(&-1(-+ '.)&+[Y[
101U	U01U								ee
10d9	U0d9								f2mf ee
1430	U555								+&\$\$(1.\$ *(1 &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$\-&\$^(&-&
1431	U431]Y 1(V+.Y 1 &Y \+)&+
14Z3	U4Z3								a' - *(Y 1&\$ &+(Y 1)_ '81(1
14Z1	U4Z1								a' - *(Y 1+-(Y 1)_ '81(1
14Zd	U4Zd) (Y 1a' - *(Y
5333	U330								()Y(')\$ '%-)'\$(1.-\$((\$n&(
5330	U331								()Y(')\$ '%-)'\$(_! ((+&)'\$ 1&*(Y[-_j])&+(
5933	U933								f2mf
d033	U000								Wf +-(Y %)\$o)(
d030	U030								Wf ()Y(')\$ 1 _i+&
d031	U031								Wf)\$+)V
d035	U030								Wf ()Y(')\$ 1 _i+&
d039	U039								Wf -.\$(1 _i+&
d133	U133)\$&..&Y]((W ') \$ 1((1& 1&_ .]p,-&+(
d130	U130								W] \$(Y[]) &+)+&(1(
9513	U513								-.*-1'n&f.(.) .(&
9553	U553								-.Y 1 (-b& V+i+&)\$
9550	U550								-.Y 1e.(.)(\$n&(
95d3	U5d3								(+&)'\$ &*(Y[-_j])&+(
95d0	U5d0								&Y 1'&)&\$&\$&
95d1	U5d1								-.Y 1&b& (V+i+&
	U5d5								.\$(,)\$(\$ 1^)&Y
	U5dd								&_Y(1(&_ \()

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1 \$2&*+2(-(-2+&\$\$(2)-.\$(l(/ 0' 1- 25340

https://moleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Anexo Anatel (11027546)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 66

9549	5549	16 2-.*.&
9544	5544	(+&')\$ 17(*)'\$)1&1
9543	5544	.\$ (+&')\$ 8\$.(.)\$9
954:	5543	.\$ (+&')\$ 8;()+ :(&- 29
9545	5545	.\$(+&\$' ,&-&<&(
9593	5593	7(+-')\$ =\$(>.1&+&(-
9590	5590	?) <& 1 +(\$@+&
9591	5591	-\$ ('&)\$A&(%- +.'%&')\$ 1' 1>.\$1)1.\$(
9595	5595	7(+-')\$ =\$(1&)<& 1B,&\$)+&\$ '@&1(\$&(
9594	5594	.\$ &C
9599	5599	7(+-')\$ =\$(1&)<&
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
9593	5593	7(+-')\$ 1B,&\$) &..\$<& '@&1(\$&(E7@&1(\$&(
959:	559:	7(+-')\$ 1'&)&\$(\$&
9595	5595	7(+-')\$ 1B,&\$) &..\$<& E71'&)&\$(\$&
9543	5533	'& 1&\$D&+(1
9533	5533	'& 1&+)C('D(\$ *(1 1(F
95:3	5503	*)1(G&(1 +.)\$
9553	5553	%A&\$ 1+&
9433	5433	-\$(%- \$ \$)(\$A& (=+@+& 1(H.&1&C
9434	5434	+&\$ (1 *. 1+)\$1()1)&I(C 1 *.
9439	5439	%A&\$ %(((\$A& (F.)1 1&&\$ &D.
9:4:	5:4:	-\$ (7+.)&<&(.,\$&\$.\$&(17)(7&(\$&(1&,1(1
4914	5914	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$!5:4213349
4913	5913	.\$ *(1 &C 1+-').&+(CK8 1&\$(-9
491:	591:	.\$ *(1.\$ &I(C 16 1;- + 1(1& DLMN)+&(
4915	5915	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1+-').&+(CK8!5:4213349
4953	5:::	.\$ *(1 &C 1(1& 1&D.) (1)'(**
4950	5950	#('')\$ 7J,-&+
4951	5551	.\$ *(1.\$ &I(C %((6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 9
4955	5955	.\$ *(1.\$ &I(C %((. 1((1& DL.N)+&(1!933?!1!413?!I
4954	5954	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48493?!169?!9
4959	5959	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48333?!9
4954	5954	+&\$(%-(\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(06:?!169?!I
4953	5953	+&\$(%-(\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(065?!169?!I
495:	595:	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4955	5955	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1+-').&+(CK
4943	5943	7C 7J,-&+ %- ()DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4940	5940	7C 7J,-&+ %- ()DN)+&(1)+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1+-').&+(CK
3140	5444	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(8!5:3213349
3141	5449	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(
3144	5144	7C 7J,-&+ %- ()DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$!5:4213349
3149	5111	7C 7J,-&+ ()DN)+&(1)+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1+-').&+(CK8!5:4213349
3144	5144	7C 7.-&+ -(\$& O1'&)&\$ (C 1 +. 1.'(C
3143	5143	+-(C 1 P).)\$(\$.(-1+)\$1(7 *(C 1)\$(\$ 1)+ F
314:	514:	()C(')\$ 1 P).)\$(\$.(-1+)\$1(7 *(C 1)\$(\$ 1)+ F
3145	5145	+-(C 1 P).)\$(\$.(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3193	5193	()C(')\$ 1 P).)\$(\$.(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3190	5190	+-(C 1 P).)\$(\$.(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
3191	5191	()C(')\$ 1 P).)\$(\$.(-1+)\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
:344	5333	(=1F&+(-&I(C 1)\$(-C
:343	553:	(=1F&+(-&I(C 1)\$(-C (\$B-&\$
:30	5:30	(.C
:34	5:34	(+&')\$ 1%(+ 'A%&(
:34	5:34	+.% (C 1%(1 =+@+&)\$& F)\$
:33	5:33	+A1 68+.% (C %! =+!)\$& 9
:3:	5:3:	-.C 1 .%&')\$ 1F.)1 =+@+&
:35	5:35	.\$()1)&I(CK
:03	5:00	+.% (C 1%(1 =+@+&)\$&
:01	5:01	-.C)N)& =+@+&
:09	5:09	(+&')\$ 1%(B1&+(
:54	5:54	\$&\$.&C 1+. 1)N)& =+!)\$&
:43	5:43	.\$()1)&I(CK
:::	54::)-(C 1%() =+@+&

QRSTUQVWXYXQZ[YZ\QQQQ]^_`^UIQ^YSTQ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\$2&*+2(-(-2+&\$2)-.\$(1%/(0' 1.- 25340

https://trileg-autenticacao-assinatura.camarafleg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Anexo A (11027346)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 67

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Mosaico

! # \$ % & ' () * + , - . / : ;

." / 0 " + 12.3 " # " 4 (015 * 617 /

89:9; ▼

< =9>?@9A:BCA?AD;

EBF9FA@B:GBHGID;FH9B EBJBKL B						KL	BM BNFOA@DPÁHB Q BRD@FHAH					
STUVW		XYZY[W \]^_` \		abYcdZdV \		^[efcWYVg \		jZhZYVh \		
				L~`~ ~~LLLE								
GHB ;FA G;		R JC B CA?A@B YD G? DA 9 ~~LLLEK		NB 8 N I I B= B N= R		LL						



8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8347 3 1									
!"#\$%&'(#\$#!)	*+,-	+-.//*	0- 0 1.*-0 2+-						
!"3\$&\$4(\$)	5 *-	1,6	0 5 0-	1,6	+0-/*-,-	70,	*.**0	1,	869
!;!<&!)	=98>	?					%@\$(:) A63128BC37D8D6		
EFG)	D9DHI8?J					K !L"#3(4!;) JM JH			
:(N"O4PQL())	-	R67S3 3	:(N":\$T\$) 41A632						
U\$"\$#"V&'L\$')	I9I8					W!LX(Y) 9 ? 03 78 7C8 *8863 1 161ZC[73 ,8 C23 3			
E\$L\$!L)	R67I678]V\$;"!4N!V^<(V)			
_!#!)					E\$"!L(\$"#\$"%4'\$Ya) R677b32				
c\$;d"_3) MI8I									
ef4!LX\$Ygl4)	**H9IHh0*02.-0	-/+2	8I						

1618										*1 1	
J`L\$#PL) 0C3					81 3 86 R3C28 11661763					E N;! !&')	
i\$(LL) 1468					P !L)					8HM	
jP&(V^N() 3b3k3					O3)		,I		E%F)		9J

1618 8661b8 [73									
J`L\$#PL)	E N;! !&')								
i\$(LL)	P !L)								
jP&(V^N()	?	O3)		E%F)					

1618 8 +63786									
J`L\$#PL)	13m1 3	5161 7k3	E N;! !&')						
i\$(LL)	n83	0C632	P !L) I						
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I	E%F)	9M			

161884o 78R677b32									
J`L\$#PL) 0C3p83ZC7 277686					E N;! !&')				
i\$(LL) 1468									
jP&(V^N() 23A83 I63 1				O3)	,I	E%F)	9M		

1618 8 4o 78 -Cq72736									
J`L\$#PL)	E N;! !&')								
i\$(LL)	P !L)								
jP&(V^N()	?	O3)		E%F)					

8631 8 R238 7378

28327m38									
jP&(V^N()	23A83	I63 1	O3)	,I					

R36r1468 +s78									
E&\$;\$)	HM	3L!tPu&V(\$)	88D	,vm	E;\$44!)	%_F"jQT(\$)	D8MHwx		
yEz)	9D	F\$L!\$!&')	U!V\$;\$'!)			3\$4!)	8		

8631 3 438



	8631	1637
!"#\$%&'(#)	*+,-."/01'&2	
345,6,-+,-" #78\$28\$%%	6,-+ ")7)\$9\$)\$#28\$%%:)\$	

143;8<67=7>32									
?8=327@3;8									
6,A"	#BC)#D	%\$9\$%E F	6+G,A"	(2C	7\$D	%(9'&E H	IJ")'7

K63786					<67=7>32	
IL,GMA,N+" \$#\$"\$&\$7()				O5" K1#%)		
PJ,-+" K1=236		1QR7>3148		12146S7=8 ?4 39		
				TU+,-,VN !" \$9#7\$ WH		

?7X31K637;8<67=7>32									
O5"?Y#%:)\$Z					PJ,-"0YF				
IN,+6,["2\$9\$		\+A !" %9#& }8#\$			T\L," \$9)		*N^+,-")\$ 8X		

_413												<67=7>32											
O5" <?` :Ya]<7												PJ,-" <827 17b1 R4673 1 816=78											
c+[" #9B2] def,5" \$ g Vi,+ !h" \$ g												T5,i !" 76=R236 jI*")79) kTOIm," \$9#7 WH											

[illegible][illegible]

74z=73 >86 63 732												
no"	29po"	29qno"	29rpo"	29fno"	29lpo"	29sno"	29spo"	29uno"	29tpo"	29pno"	29ppo"	29
uno"	29upo"	29vno"	29vpo"	29wno"	29wpo"	29xno"	29xpo"	29qnnno"	29qnpno"	29qqno"	29qqpo"	(9
qrno"	7 arpo"	%99sno"	%99spo"	%99fno"	%99lpo"	%99sno"	%99spo"	%99uno"	%99upo"	%99pno"	%99ppo"	%



				!	!	"	"				

#\$43%&8 '()72736											
*63\$+7\$86 '()72736											
,-./012345/6789::1						<1.9=1 #>(7?3+148			&8 1@8463 8		
A7BC/D7::9						E1;F:D/72.92G69C7HI1			JK		

*63\$+7\$86 '()72736											
,-./012345/6789::1						<1.9=1 #>(7?3+148			&8 1@8463 8		
A7BC/D7::9						E1;F:D/72.92G69C7HI1			JK		

L7M3 1 *63\$+7\$86 '()72736											
<1.9=1						A7BC/D7::9					
,186C/89::12.72N:/O7 +				P;9:57HI1 QRSS+				E9C.7T2PD9TT-C/7T Q			
								U869.V:D/7 8M+\$			

'413										'()72736													
<1.9=1										A7BC/D7::9													
W7:O1		Q		X978YZ/=; [GC/9::7HI12]		[E1=7C/^7HI1				_,U		+		3'E2<ab/87		S	
0cd																							
,-./012EU																							

ef86+3%g1\$ 8 8@(+148 1 h(486i3											
jk+	i68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@ (chm	03n&8	8	c8@	j34(61n3
	S	l8643673	o		RRSS		SRSSRS	h(486i3			p(6q 7@8

ef86+3%g1\$ 8 8@(+148 1 '768r3%&8 1 L8@37\$											
jk+	i68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@ (chm	03n&8	8	c8@	j34(61n3

s7\$4567@8 1 c8@(+148\$ #+747 8\$											
jk+	i68@1\$8+	c8@(+1487?8	c8@(+148	h6i&8	c343	8	c3438@ (chm	03n&8	8	c8@	j34(61n3
		c1@6148 L1i7\$2347r8 j			SRRSS		RRSS	c127t16 8		j3@7832p(6q 7@8	
SSSSSSS		'48		h0L#	RSRS		S RSRS	'(4867n3 8	m\$8	1	*v@3@8f1>(u@73
SSSRS w		'48		h0L#	RSRS		RSRS	'(4867n3 8	m\$8	1	*v@3@8f1>(u@73

s86x678 1 f(@783+148											



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.006252/2022-35**Entidade:** SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.**CNPJ nº:** 02.327.622/0001-54**FISTEL nº:** 50408405600**Localidade:** Lagoa Grande/MG**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 14/03/2022**Período:** 22/03/2022 a 22/03/2032**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> / pg. 74

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	



i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562307	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027348 Págs.1-5	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10952586	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027356 10951810 Pág. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10951810 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10951810 Pág. 6 E 10951810 Pág. 7 M 10952587	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027348 Pág.6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10951810 Pág. 6 FGTS 10951810 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10951810 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	



10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	9562314 MARIA JOSEFA GONÇALVES 9562315 IOLANNIE RODRIGUES GONÇALVES DE FREITAS	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11027348 Pág.14	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	11027348 Págs. 7-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10952642	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> / pg. 78

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10951812** e o código CRC **CF8ED8A8**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

SEI nº 10951812



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Checklist (10951812)

SEI 53115:006252/2022-35 / pg. 79

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.006252/2022-35

INTERESSADA: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO .

VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**, inscrita no CNPJ nº 02.327.622/0001-54, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, vinculado ao FISTEL nº 50408405600, referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18c42a3e83c412a66f9dde97>

Nota Técnica 10309 (10996881)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 80

53273ed-4a18c42a3e83c412a66f9dde97

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER 10996435 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER 10996435 - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 9562307). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2022.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10951812). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:



Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10951812).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER 11027348 - Págs. 1-5).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em seis localidades, quais sejam: **Lagoa Grande/MG**, Bom Sucesso/MG, Paraisópolis/MG, Campanha/MG, Alto Rio Doce/MG e Jordânia/MG, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Josefa Gonçalves e a sócia Iolannie Rodrigues Gonçalves de Freitas não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11027348 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10952642).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10309 (10996881)

SEI 33115-000232/2022-35 / pg. 82

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10951812).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)



§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de junho de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SUPER 11027348 - Págs. 10 e 14).

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11027348 - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10309 (10996881)

SEI 33115-000232/2022-35 / pg. 84

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10996977) e de Exposição de Motivos (SUPER 10997069), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10996881** e o código CRC **386EDF40**.

Minutas e Anexos



Minuta Portaria (10996977)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10309 (10996881)

SEI 33115-000232/2022-35 / pg. 85

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

- Minuta Exposição de Motivos (10997069)



MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Minuta Portaria (10996977)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 87

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10996977** e o código CRC **FDB8FAB3**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10996977

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Minuta Portaria (10996977)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 88

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10997069** e o código CRC **04C92745**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 10997069

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Ofício Interno nº 39567/2023/MCOM

Brasília, 03 de agosto de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM (10996881)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM (10996881), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**, inscrita no CNPJ nº **02.327.622/0001-54**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Lagoa Grande/MG**, vinculado ao **FISTEL nº 50408405600**, referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 04/08/2023, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11044818** e o código CRC **515E4723**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11044818



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Ofício Interno 39567 (11044818)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 91

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADOS: SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIODIFUSÃO LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pelo **SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIODIFUSÃO LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), em caráter comercial, no **município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais**, referente ao período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento do **SISTEMA ITAUNENSE DE RÁDIODIFUSÃO LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no **município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais**, referente ao período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
2. Conformenarra a **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)**, que, confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes, remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:
 6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER [10996435](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER [10996435](#) - Págs. 3-8).
 7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9562307](#)). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2022.
3. No requerimento protocolado em **14 de março de 2022**, (SEI [9562307](#) - fls. **01 a 03**), a entidade solicitou renovação da outorga, deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, em conclusão assim exarada: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."*

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

recebido n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11145242) - SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 92



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.
11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.
13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.
14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.
15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da*



16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme a atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou da seguinte forma: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."*, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)**.

22. Quanto à tempestividade, a atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785/72 estabelece que o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, o pedido referente ao período de **2022-2032** foi apresentado dentro do prazo legal, em **14 de março de 2022**, sendo assim o pedido de renovação de outorga é tempestivo, conforme explicado na referida **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)**.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER [10996435](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER [10996435](#) - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9562307](#)). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2023 **Sra. Maria Josefa Gonçalves**, 2.

23. Anote-se que a petição (**SUPER 9562307- fls. 01 a 03**) foi subscrita pela **Sra. Maria Josefa Gonçalves**, sócia e administradora da entidade, conforme certidão simplificada atualizada emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (**SUPER 10952586 - fl. 01**).

24. Registre-se que o pleito está conforme ao novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (**SUPER 9562307 - fls. 01 a 03**).

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo **Checklist (SUPER 10951812)**.

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

I - ([Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#))

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> 53115.006252/2022-35 / pg. 94



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII docaput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I docaput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

27. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou na da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881)** da seguinte forma:

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10951812](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos



nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10951812](#)).

(...)

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER [10951812](#)).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SUPER [10952586](#) - fl. 01); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [10951810](#) - fl. 05); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [10951810](#) - fls. 01); prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a seguridade social (SUPER [10951810](#) - fl. 06), às Fazendas estadual (SUPER [10951810](#) - fl. 07) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER [10952587](#) - fl. 01); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER [11027348](#) - fl. 06); prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER [10951810](#) - fl. 06 e SUPER [10951810](#) - fl. 03); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI [10951810](#) - fl. 04).

29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo sócio administrador, representante da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI [9562307](#) - fls. 01 a 03).

30. **Em relação à regularidade técnica,** um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 96

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de junho de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SUPER [11027348](#) - Págs. 10 e 14).

31. Ressalte-se que cabe à área técnica verificar a existência de compatibilidade entre o serviço efetivamente prestado pela interessada e o autorizado por este Ministério.

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretariada verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [11027348](#) - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10952642](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER [11027348](#) - Págs. 1-5).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em seis localidades, quais sejam: **Lagoa Grande/MG**, Bom Sucesso/MG, Paraisópolis/MG, Campanha/MG, Alto Rio Doce/MG e Jordânia/MG, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Josefa Gonçalves e a sócia Iolannie Rodrigues Gonçalves de Freitas não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Surtoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97 RECEBIMENTO: 00014/2023 PLENÁRIO MCOM/CGU/ASO (11145242) SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 97



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

35. Por fim, quanto às minutas de portaria e exposição de motivos propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, aptas a produzirem os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar **anecessidade de assinatura determo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

37. Em relação ao pagamento do valor da outorga, a SECOE atestou que:

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER [11027348](#) - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

38. Por derradeiro, é mister salientar que, **na hipótese de o pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período** (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão).

III - CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento.

40. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente nos **itens 36 e 38**.

À consideração.

Brasília, 29 de setembro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1285776377 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-09-2023 18:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

recebido em: 00014/2023 PLENJUR-MC/CM/CGU/AGU (11145242) - SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 98

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02014/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Lagoa Grande/MG**, no período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 10309/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Lagoa Grande/MG**, concedida à entidade **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e atentando para as orientações apresentadas nos itens 36 e 38 do referido PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 36 do **PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 38 do mencionado PARECER, tem-se que o item 20 da **NOTA TÉCNICA N° 10309/2023/SEI-MCOM**, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto N° 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto N° 10.804, de 2021, **não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga**.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **22 de março de 2022 a 22 de março de 2032**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 29 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

recebido n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11145242) - SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 99

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1295650513 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-09-2023 09:39. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

CEJ/ n. 00614/2023/CONJUR-MC/MC/CC/REU (11145242)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 100



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 02028/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

Aprovo o **PARECER n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, com os acréscimos contidos no **DESPACHO n. 02014/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296300048 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 18:53. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

53115.006252/2022-35 / pg. 101

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 10688, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 26/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151123** e o código CRC **79B7A026**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11151123



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Portaria 10688 Renovação FM (11151123)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 102

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.688, de 5 de outubro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 26/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151134** e o código CRC **C4DD3E05**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11151134



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Exposição de Motivos 528 Renovação FM (11151134)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 103

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42459/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10688/2023/MCOM (11151123) e Exposição de Motivos (11151134)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM (10996881) e Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11145242), encaminho a Portaria nº 10688/2023/MCOM (11151123) e Exposição de Motivos (11151134), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151131** e o código CRC **9D0A604A**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11151131



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Ofício Interno 42459 (11151131)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 104

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/10/2023 16:46:05
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 9941032
Data prevista de publicação: 27/10/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21080314	PORTARIA NA 10674.rtf	636dfc75a56fd0be3adfa168eebbcbea	9,00	R\$ 350,28
21080315	PORTARIA NA 10675.rtf	e058543248ec266ed5ea934a7b4fb213	9,00	R\$ 350,28
21080316	PORTARIA NA 10676.rtf	40f7055ac2351f0ffcc53d43cce4beeb	9,00	R\$ 350,28
21080317	PORTARIA NA 10683.rtf	75c59f37a3fe85fb1bb8582c041c0454	9,00	R\$ 350,28
21080318	PORTARIA NA 10686.rtf	c423faf22418926540900cd1187048b3	10,00	R\$ 389,20
21080319	PORTARIA NA 10687.rtf	00fc338ec8ad10e7c67f4f049e84c96b	14,00	R\$ 544,88
21080320	PORTARIA NA 10688.rtf	f87cb3c123e016f4dfc4f933a36de4c1	9,00	R\$ 350,28
21080321	PORTARIA NA 10717.rtf	1a7434d8b27084d074168bff40248cc9	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			79,00	R\$ 3.074,68

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2023 | Edição: 205 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.688, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição do parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes no processo 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/COJ, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962, por 5 anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE RADIOFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 10, em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é regida e disciplinada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Estado, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Id solicitação: 57dbac2290a0d

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia: DIVISA FM, RIVIERA FM, TRANSAMERICA DE BOM SUCESSO FM 100,3	
Telefone: (31) 0000-0000	E-mail: sgrabelo@uai.com.br
CNPJ: 02.327.622/0001-54	Número do Fistel: 50408405600
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 22/03/2012	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/01/2029	
Observações: SSC63/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Comendador Paulo Ferreira	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 168	
Município: Campanha	UF: MG	CEP: 37400000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Fazenda Veredinha	Complemento:	
Bairro: Zona Rural	Numero: s/n	
Município: Lagoa Grande	UF: MG	CEP: 38755000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Joaquim Limiro,	Complemento:	
Bairro: centro	Numero: 125	
Município: Lagoa Grande	UF: MG	CEP: 38755000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lagoa Grande	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 268	Frequência: 101.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.1286kW
HCI: 53.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



23/16/10/15 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Relatório Canal - Renovação (11188797)

SER 55115-006252/2022-35 / pg. 107

Informações Gerais	
Número da Estação: 1012819415	Número Indicativo: ZYE986
Data Último Licenciamento: 13/06/2022	Número da Licença: 53500.050916/2022-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 17° 51' 20.02" S	Longitude: 46° 30' 24.98" W	Cota da base: 593 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 010990800345	Modelo: TEC125
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.130 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF12-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 60.0 m	Atenuação: 2.18 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: PLD-FMBPC3	Fabricante: Polidesigne Industria e Comercio				
Ganho: 1.76 dBd	Beam-Tilt: 0°	Orientação NV: 0°	Polarização: Circular	HCI: 53.5 m	ERP Máxima: 0.13 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	5°: 0.54	10°: 0.54	15°: 0.54	20°: 0.54	25°: 0.54	30°: 0.54	35°: 0.63	40°: 0.54	45°: 0.54	50°: 0.54	55°: 0.54
60°: 0.63	65°: 0.54	70°: 0.54	75°: 0.54	80°: 0.54	85°: 0.63	90°: 0.63	95°: 0.63	100°: 0.63	105°: 0.63	110°: 0.63	115°: 0.63
120°: 0.63	125°: 0.63	130°: 0.63	135°: 0.72	140°: 0.82	145°: 0.82	150°: 0.82	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 0.92	170°: 1.01	175°: 1.01
180°: 1.01	185°: 1.01	190°: 1.01	195°: 1.01	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.92	215°: 0.72	220°: 0.72	225°: 0.63	230°: 0.63	235°: 0.54
240°: 0.54	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.26	260°: 0.26	265°: 0.26	270°: 0.09	275°: 0.09	280°: 0.09	285°: 0.09	290°: 0.09	295°: 0
300°: 0.09	305°: 0.09	310°: 0.09	315°: 0.09	320°: 0.09	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.26	340°: 0.26	345°: 0.45	350°: 0.45	355°: 0.54

Coordenadas por radial											
0°: Lat 17° 47' 53.72" S Lon 46° 30' 24.98" W	5°: Lat 17° 47' 54.5" S Lon 46° 30' 24.98" W	10°: Lat 17° 48' 1.52" S Lon 46° 29' 48.22" W	15°: Lat 17° 48' 0.75" S Lon 46° 29' 48.22" W	20°: Lat 17° 48' 6.15" S Lon 46° 29' 10.88" W	25°: Lat 17° 48' 13.04" S Lon 46° 28' 53.41" W	30°: Lat 17° 48' 21.35" S Lon 46° 28' 36.65" W	35°: Lat 17° 48' 34.9" S Lon 46° 28' 23.56" W	40°: Lat 17° 48' 41.97" S Lon 46° 28' 15.77" W	45°: Lat 17° 48' 54.12" S Lon 46° 27' 51.76" W	50°: Lat 17° 49' 7.39" S Lon 46° 27' 38.99" W	55°: Lat 17° 49' 24.39" S Lon 46° 27' 31.55" W
60°: Lat 17° 49' 41.58" S Lon 46° 27' 25.94" W	65°: Lat 17° 49' 56.81" S Lon 46° 27' 17.61" W	70°: Lat 17° 50' 14.3" S Lon 46° 27' 15.38" W	75°: Lat 17° 50' 30.28" S Lon 46° 27' 10.08" W	80°: Lat 17° 50' 47.46" S Lon 46° 27' 11.17" W	85°: Lat 17° 51' 3.25" S Lon 46° 26' 46.27" W	90°: Lat 17° 51' 19.99" S Lon 46° 27' 13.16" W	95°: Lat 17° 51' 35.49" S Lon 46° 27' 18.85" W	100°: Lat 17° 51' 50.88" S Lon 46° 27' 20.97" W	105°: Lat 17° 52' 3.57" S Lon 46° 27' 34.12" W	110°: Lat 17° 52' 15.96" S Lon 46° 27' 43.44" W	115°: Lat 17° 52' 17.13" S Lon 46° 28' 16.28" W
120°: Lat 17° 52' 8.62" S Lon 46° 28' 56.52" W	125°: Lat 17° 52' 10.34" S Lon 46° 28' 56.52" W	130°: Lat 17° 52' 16.41" S Lon 46° 29' 9.47" W	135°: Lat 17° 52' 22.05" S Lon 46° 29' 19.8" W	140°: Lat 17° 52' 27.22" S Lon 46° 29' 25.73" W	145°: Lat 17° 52' 31.88" S Lon 46° 29' 32.11" W	150°: Lat 17° 52' 36" S Lon 46° 29' 38.89" W	155°: Lat 17° 52' 39.53" S Lon 46° 29' 46.02" W	160°: Lat 17° 52' 42.46" S Lon 46° 29' 53.46" W	165°: Lat 17° 52' 44.76" S Lon 46° 30' 1.12" W	170°: Lat 17° 52' 46.42" S Lon 46° 30' 8.97" W	175°: Lat 17° 52' 47.42" S Lon 46° 30' 16.95" W
180°: Lat 17° 52' 47.75" S Lon 46° 30' 24.98" W	185°: Lat 17° 52' 47.42" S Lon 46° 30' 33.02" W	190°: Lat 17° 52' 46.42" S Lon 46° 30' 40.99" W	195°: Lat 17° 52' 58.5" S Lon 46° 30' 52.71" W	200°: Lat 17° 53' 18.11" S Lon 46° 31' 10.15" W	205°: Lat 17° 53' 31.11" S Lon 46° 31' 29.22" W	210°: Lat 17° 53' 33.49" S Lon 46° 31' 45.97" W	215°: Lat 17° 53' 30.15" S Lon 46° 32' 0.74" W	220°: Lat 17° 53' 25.35" S Lon 46° 32' 15.5" W	225°: Lat 17° 53' 19.05" S Lon 46° 32' 30.08" W	230°: Lat 17° 53' 8.22" S Lon 46° 32' 40.51" W	235°: Lat 17° 53' 2.01" S Lon 46° 32' 58.06" W
240°: Lat 17° 52' 51.29" S Lon 46° 33' 11.13" W	245°: Lat 17° 52' 39.16" S Lon 46° 33' 23.37" W	250°: Lat 17° 52' 24.06" S Lon 46° 33' 29.94" W	255°: Lat 17° 52' 10.93" S Lon 46° 33' 44.73" W	260°: Lat 17° 51' 54.99" S Lon 46° 33' 53.54" W	265°: Lat 17° 51' 37.55" S Lon 46° 33' 55.94" W	270°: Lat 17° 51' 19.98" S Lon 46° 34' 6.7" W	275°: Lat 17° 51' 1.59" S Lon 46° 34' 5.85" W	280°: Lat 17° 50' 43.34" S Lon 46° 34' 3.32" W	285°: Lat 17° 50' 24.13" S Lon 46° 34' 3.94" W	290°: Lat 17° 50' 6.18" S Lon 46° 33' 57.99" W	295°: Lat 17° 49' 46.79" S Lon 46° 33' 54.93" W
300°: Lat 17° 49' 29.72" S Lon 46° 33' 45.6" W	305°: Lat 17° 49' 10.78" S Lon 46° 33' 38.81" W	310°: Lat 17° 48' 58.24" S Lon 46° 32' 22.43" W	315°: Lat 17° 48' 40.71" S Lon 46° 31' 12.29" W	320°: Lat 17° 48' 23.8" S Lon 46° 30' 46.33" W	325°: Lat 17° 48' 7.7" S Lon 46° 29' 46.41" W	330°: Lat 17° 47' 56.7" S Lon 46° 28' 28.26" W	335°: Lat 17° 48' 0.14" S Lon 46° 27' 46.32" W	340°: Lat 17° 47' 57.24" S Lon 46° 27' 46.31" W	345°: Lat 17° 47' 51.58" S Lon 46° 27' 46.31" W	350°: Lat 17° 47' 52.18" S Lon 46° 27' 46.31" W	355°: Lat 17° 47' 54.5" S Lon 46° 27' 46.31" W

Distância por radial											
0°: 6.4	5°: 6.4	10°: 6.2	15°: 6.4	20°: 6.4	25°: 6.4	30°: 6.4	35°: 6.2	40°: 6.4	45°: 6.4	50°: 6.4	55°: 6.2
60°: 6.1	65°: 6.1	70°: 5.9	75°: 5.9	80°: 5.8	85°: 5.9	90°: 5.6	95°: 5.5	100°: 5.5	105°: 5.2	110°: 5.1	115°: 4.2
120°: 3	125°: 2.7	130°: 2.7	135°: 2.7	140°: 2.7	145°: 2.7	150°: 2.7	155°: 2.7	160°: 2.7	165°: 2.7	170°: 2.7	175°: 2.7



180°: 2.7	185°: 2.7	190°: 2.7	195°: 3.1	200°: 3.9	205°: 4.5	210°: 4.8	215°: 4.9	220°: 5.1	225°: 5.2	230°: 5.2	235°: 5.5
240°: 5.6	245°: 5.8	250°: 5.8	255°: 6.1	260°: 6.2	265°: 6.2	270°: 6.5	275°: 6.5	280°: 6.5	285°: 6.7	290°: 6.7	295°: 6.8
300°: 6.8	305°: 7	310°: 6.8	315°: 7	320°: 7.1	325°: 7.3	330°: 7.3	335°: 6.8	340°: 6.7	345°: 6.7	350°: 6.5	355°: 6.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.13 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1015	Portaria	MC	23/12/2008	08/01/2009	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	744	Decreto Legislativo	CN	20/12/2010	21/12/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537100008212000	2211	Ato	ORLE	26/02/2014	06/03/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.031551/202-64	5524	Ato	ORLE	16/04/2022	26/04/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150062522022-35	10688	Portaria	MC	25/10/2023	27/10/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento											





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43380/2023/MCOM

Brasília, 30 de outubro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 328 (11151134)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10688/2023/SEI-MCOM (11188008), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 328 (11151134), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/10/2023, às 11:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11190563** e o código CRC **2918EEC3**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11190563



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Ofício Interno 43380 (11190563)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 110

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.688, de 5 de outubro de 2023, publicada em 27 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadegassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Exposição de Motivos MCOM-659-2023 (11156969)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 111

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32643/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.006252/2022-35.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11197407** e o código CRC **D2091261**.

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

Documento nº 11197407



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Ofício 32643 (11197407)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 112

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

EM nº 00659/2023 MCOM

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.688, de 5 de outubro de 2023, publicada em 27 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2023 | Edição: 205 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.688, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que Administrativo nº 53115.006252/2022-35, invocando as razões presentes na 10309/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00614/2023/CC resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNEN LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), nos termos da Portaria nº 1.015, datada em 23 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 744 em 21 de dezembro de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus re

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Con termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADOS: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação da outorga formulado pelo SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), em caráter comercial, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais, referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, com recomendações.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento do SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veiculou pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais, referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.

2. Conformeram-se a NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881), que, confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes, remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER 10996435 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER 10996435 - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 14 de março de 2022, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 9562307). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2022.

3. No requerimento protocolado em 14 de março de 2022, (SEI 9562307 - fls. 01 a 03), a entidade solicitou renovação da outorga, deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica mencionada, a NOTA TÉCNICA, opinou-se, em conclusão assim exarada: "Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."

É o breve relatório, que permite o exame do caso.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberão assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, caba tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da relevância das finalidades educativas e culturais do serviço".



16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme a atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou da seguinte forma: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."*, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881).

22. Quanto à tempestividade, a atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785/72 estabelece que o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, o pedido referente ao período de 2022-2032 foi apresentado dentro do prazo legal, em 14 de março de 2022, sendo assim o pedido de renovação de outorga é tempestivo, conforme explicado na referida NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM (SUPER 10996881).

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER [10996435](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER [10996435](#) - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 14 de março de 2022, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9562307](#)). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreu no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2023. Sra. Maria Josefa Gonçalves, 2.

23. Anote-se que a petição (SUPER 9562307- fls. 01 a 03) foi subscrita pela Sra. Maria Josefa Gonçalves, sócia e administradora da entidade, conforme certidão simplificada atualizada emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (SUPER 10952586 - fl. 01).

24. Registre-se que o pleito está conforme ao novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (SUPER 9562307 - fls. 01 a 03).

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo Checklist (SUPER 10951812).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)



- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138 de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

27. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou na da **NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM** (SUPER 10996881) da seguinte forma:

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10951812). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10951812](#)).

(...)

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER [10951812](#)).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SUPER 10952586 - fl. 01); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER 10951810 - fl. 05); prova de inscrição no CNPJ (SUPER 10951810 - fls. 01); prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a seguridade social (SUPER 10951810 - fl. 06), às Fazendas estadual (SUPER 10951810 - fl. 07) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER 10952587 - fl. 01); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER 11027348 - fl. 06); prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER 10951810 - fl. 06 e SUPER 10951810 - fl. 03); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI 10951810 - fl. 04).

29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo sócio administrador, representante da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI 9562307 - fls. 01 a 03).

30. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de junho de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SUPER [11027348](#) - Págs. 10 e 14).

31. Ressalte-se que cabe à área técnica verificar a existência de compatibilidade entre o serviço efetivamente prestado pela interessada e o autorizado por este Ministério.

32. Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a Secretariada verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [11027348](#) - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10952642](#)).

33. Relativamente aos limites de outorga, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER [11027348](#) - Págs. 1-5).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em seis localidades, quais sejam: Lagoa Grande/MG, Bom Sucesso/MG, Paraisópolis/MG, Campanha/MG, Alto Rio Doce/MG e Jordânia/MG, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Josefa Gonçalves e a sócia Iolanne Rodrigues Gonçalves de Freitas não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação de outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a licença alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. Questões não jurídicas não são apreciadas pela autoridade jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

35. Por fim, quanto às minutas de portaria e exposição de motivos propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, aptas a produzirem os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar anecessidade de assinatura determo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

37. Em relação ao pagamento do valor da outorga, a SECOE atestou que:

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER [11027348](#) - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

38. Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese de o pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão).

III - CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento.

40. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente nos itens 36 e 38.

À consideração.

Brasília, 29 de setembro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1285776377 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-09-2023 18:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02014/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, no período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, concedida à entidade Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 36 e 38 do referido PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 36 do PARECER N. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 38 do mencionado PARECER, tem-se que o item 20 da NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto Nº 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda.
8. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 29 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1295650513 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-09-2023 09:39. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 02028/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.006252/2022-35

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

Aprovo o PARECER n. 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU com os acréscimos contidos no
DESPACHO n. 02014/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS
Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115006252202235 e da chave de acesso de5e3c4c



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296300048 e chave de acesso de5e3c4c no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 18:53. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10309/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.006252/2022-35

INTERESSADA: SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO . VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda**, inscrita no CNPJ nº **02.327.622/0001-54**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50408405600**, referente ao período de 22 de março de 2022 a 22 de março de 2032.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10309 (10390801)

SEI 53115.006252/2022-35 / pg. 1

53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009, e Decreto Legislativo nº 744, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2010 (SUPER 10996435 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de março de 2012 (SUPER 10996435 - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de março de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 9562307). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de março de 2021 a 22 de março de 2022.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10951812). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10909 (10996435)

SEI 35119.006252/2022-35 / pg. 2

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10951812).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER 11027348 - Págs. 1-5).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em seis localidades, quais sejam: **Lagoa Grande/MG**, Bom Sucesso/MG, Paraisópolis/MG, Campanha/MG, Alto Rio Doce/MG e Jordânia/MG, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Josefa Gonçalves e a sócia Iolannie Rodrigues Gonçalves de Freitas não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11027348 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10952642).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97> 2022-35 / pg. 3

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10951812).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)



§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 13 de junho de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SUPER 11027348 - Págs. 10 e 14).

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11027348 - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagoa Grande/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10505 (10595881)

SEI 33115.006252/2022-35 / pg. 5

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10996977) e de Exposição de Motivos (SUPER 10997069), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10996881** e o código CRC **386EDF40**.

Minutas e Anexos



Minuta Portaria (10996977)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

Nota Técnica 10909 (10996881)

SEI 35119.006252/2022-35 / pg. 6

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

- Minuta Exposição de Motivos (10997069)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 23 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de março de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 659 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 23/11/2023, às 07:51, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **4760435** código **CREA3950AE** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Process o nº 53115.006252/2022-35

SUPER nº 4760435

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4467/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 659/2023 (160030) do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, que trata da renovação, pelo prazo de ~~doze~~ **dois** meses, a partir de 2022, da permissão outorgada ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.327.622/0001-54), para exercer o direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa Grande, estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 23/11/2023, às 21:03, conforme o art. 10º, III, "b", da Lei nº 11.127/2020, em vigor, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **4764509** e o código **CRE1CED9AG** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.006252/2022-35

SUPER nº 4764509

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 659/2023 MCOM (4760430) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Assunto: Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, referente à renovação da permissão outorgada ao SISTEMA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Lagoa Grande/MG.

Trâmites: Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4760430) para os protocolos da SAI/CC/PR, SAG/CC/PR e EIC/PR. Nº 4467/2023/GM/CC/PR (4764509) para a SE/CC/PR.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAI/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 27/11/2023, às 13:37, conforme o art. 1º, III, b, V, do Decreto nº 11.129, de 26 de outubro de 2023, em Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **4769489** e o código **CRE7B2B5A5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

SUPER nº 4769489

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.006252/2022-35

Nota SAJ - Radiodifusão nº 554 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.006252/2022-35

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.006252/2022-35, com **renovação** de outorga do serviço de radiodifusão em Frequência Modulada (FM) [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA**, CNPJ nº 02.327.622/0001-54, no **município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio tra sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação de sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento na Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.090/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de 10 (dez) anos, renováveis por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição e pela Lei nº 10.028/2000, e pelo Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Conselho de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja programação deverão observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição, os atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *o ato administrativo é complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, atualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo MCOM poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.006252/2022-35, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

[assinado eletronicamente]

RENATA NEIVA PINHEIRO

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

[assinado eletronicamente]

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

[assinado eletronicamente]

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelamento de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (I e II) esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, O. *O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Renata Neiva Pinheiro, Assessor**, em 14/06/2024, às 15:20, conforme h de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 04/0 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 12/07/ 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5791721** código CR71873181 site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.006252/2022-35

SUPER nº 5791721

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 648/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.006252/2022-35.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00659/2023 MCOM, de 1 de Novembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Lagoa Grande (MG).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00659/2023 MCOM (4759439), que submete à Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.006252/2022-35, acompanhado da [Portaria nº 10.688, de 22 de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por 5 anos, a partir de 22 de março de 2022, no município de Lagoa Grande, estado de Minas Gerais, sem direito à exclusividade, para a empresa SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO SONORA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.327.622/0001-54, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#), em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Sonora](#).^[1]
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. A renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.^[2]
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00614/2023/CONJUR-MCOM/CGU/Adm (29/09/2023) (4759431), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 10309/2023/SEI-MCOM, de 02/08/2023, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 02/08/2023 (4759426), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento e Controle Social](#) e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Monitoramento do Espectro](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).^[3]
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Cadastro de Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.327.622/0001-54
NOME EMPRESARIAL:	SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARIA JOSEFA GONCALVES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	IOLANNIE RODRIGUES GONCALVES DE FREITAS
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/07/2024 às 14:04 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao prosseguimento da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com a legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 123 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC) para manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 1º do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pelo [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#)

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#)

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção das informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a exclusão, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades das operadoras de radiodifusão.



273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97

[4] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro Radiodifusão (SC R) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/09/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/09/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/09/2024, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5908072** ou o código **CR4CB87BFEA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.006252/2022-35

SEI nº 5908072

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97>

c53273ed-4a18-42a3-83c4-12a66f9dde97